

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

---

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES  
Diretor-Assistente: Prof. ARIANO SUASSUNA  
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

## CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*  
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*  
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*  
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*  
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*  
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*  
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*  
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*  
Prof. *Lourival Vilanova*  
Prof. *Arnaldo Barbalho*  
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*  
Prof. *José Lourenço de Lima*

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*  
Prof. *Gláucio Veiga*  
Prof. *Nilo Pereira*

# ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

---

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

Análise de Rayuela de Júlio Cortázar — <i>Nara Maia Antunes</i> . . . . .	7
Satélite-Nefanálises e chuvas do Nordeste — <i>Rachel Caldas Lins</i> . . . . .	19
Contribuição do Nordeste à História das Idéias Políticas e Sociais do Brasil — <i>Nelson Saldanha</i> . . . . .	27
Dois Poemas — <i>César Leal</i> . . . . .	39
Sistema e Comunicação nas Ciências Sociais — <i>Sebastião Vila Nova</i> . . . . .	43
Perspectivas do Homem na Obra de Camus — <i>José Rodrigues de Paiva</i> . . . . .	59
Virgílio e a Natureza — <i>Romeu Peréa</i> . . . . .	75

## P O E S I A

Poemas Prematuros — <i>Maria Judite Sucupira</i> . . . . .	3
--	---

## NARA MAIA ANTUNES

Graduada em Direito e Letras, reside atualmente no Chile, onde se especializa em literatura hispano-americana.

## RACHEL CALDAS LINS

Professora titular do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco.

## NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, autor de numerosos livros sobre temas de sua especialidade, membro de Academia Pernambucana de Letras.

## SEBASTIÃO VILA NOVA

Funcionário do Departamento de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, estuda no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas onde faz o curso de graduação em Ciências Sociais.

## CÉSAR LEAL

Poeta e crítico de poesia. Professor de Teoria da Literatura da Universidade Federal de Pernambuco.

## ROMEU PERÉA

Professor titular do Instituto de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, escritor, autor de numerosos ensaios sobre literatura portuguesa e espanhola.

## JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

Poeta da nova geração pernambucana, contista e ensaísta. Gradou-se em Direito em 1970.

## MARIA JUDITE SUCUPIRA

Pertence ao grupo de jovens poetas que começaram a aparecer nos suplementos literários a partir de 1971. Atualmente reside na Guanabara, onde leciona na PUC.

# Análise de Rayuela de Julio Cortázar

NARA MAIA ANTUNES

Além de Ernesto Sábato, outro argentino de literatura intrinsecamente “metafísica” é Júlio Cortázar, cujo romance “Rayuela” comparte com *La Casa Verde* de Mário Vargas Llosa, e *Cien Años de Soledade* de Gabriel Garcia Marquez, que analisaremos posteriormente, a grande trilogia dos romances hispano-americanos contemporâneos, segundo a maioria dos críticos.

Cortázar é talvez o narrador hispano-americano atual mais conhecido em todo o mundo. Seus contos são tomados como argumento para filmes famosos (*Blow up*), Rayuela é diariamente discutido e estudado nos diversos centros universitários e objeto de crônicas e citações quase diárias nas colunas especializadas de jornais das capitais americanas, seus livros se constituem em “best-sellers”. De um modo geral, a crítica o aclama e o público o lê, ou ao menos compra seus livros. Pois Cortázar não é um escritor fácil, daí surpreender que esteja tão em moda. Provavelmente muito poucos dos que compram seus livros conseguem lê-los até o final, e menos ainda os entendem em forma total. O mundo narrativo de Cortázar é profundamente complicado, subjetivo e hermético. Nêle se faz alarde de uma erudição universal difícil de acompanhar, ironiza-se demasiado (inclusive com o leitor), e utiliza-se uma técnica narrativa que não é fácil de penetrar, e que não pretendemos ter captado totalmente.

Talvez seu sucesso junto ao público esteja no seu extraordinário poder de humor. Cortázar é um *humorista*, no sentido em que ironiza um mundo que descobre vazio, rindo-se dêle na

medida mesmo em que o sofre. É um *buscador*, um homem que ainda não se encontrou a si mesmo e continua a sua exploração do sentido da vida e da saída para o homem em um mundo mergulhado na contradição. Apesar do contexto universal de quase todos os seus escritos e de viver em Paris há bastantes anos, exilado voluntário de sua pátria, é um argentino nítido, angustiado em seu interior por forças contraditórias e que ainda não se define totalmente como ser histórico.

Cortázar escreve muito, sobretudo contos. Seu primeiro romance, "Los premios", trata de uma viagem por navio de um grupo de vencedores em uma loteria. "Rayuela", sua obra máxima até aqui, é, além de romance, uma teoria literária, uma guerra contra a linguagem feita através da própria linguagem, e o relato de uma busca não bem definida de que.

"É o primeiro romance hispano-americano que se toma a si mesmo como tema central, isto é, que se observa em plena metamorfose, inventando-se a cada passo, com a cumplicidade do leitor que se torna parte do processo criador". (59)

Não é um romance terminado, isto é, não tem um fim no sentido convencional. Adquire forma de *romance aberto*, circular, ainda em elaboração. O que se pretende é uma busca, e essa não termina ao fechar-se o livro, seguirá eternamente enquanto o homem fôr homem.

É, pois, sumamente difícil e inclusive paradoxal tentar enquadrá-lo dentro de um esquema para efeito de análise. Se "Rayuela" foi precisamente escrito para romper com tôdas as barreiras, não seria justo impor-lhe barreiras. Assim, uma sistematização de conceitos adquire aqui apenas um caráter puramente analítico e longe de nossa intenção aprisionar o romance nela. O próprio Cortázar zomba dessa tentativa e nos oferece em sua obra posterior "Vuelta al día en ochenta mundos" um capítulo denominado "Rayuela-matic", onde ironiza as formas armadas para ler "Rayuela" e oferece seu próprio esquema.

(59) — HASS (Luís) — op. cit.

Posteriormente, escreve um livro inteiro a respeito, intitulado "62 formas para armar".

O fato, no entanto, é que necessitamos de alguma forma fixá-lo para tentar uma aproximação do seu conteúdo, o que, repetimos, não conseguiremos em forma total.

Para começar, tem-se que adotar um critério de leitura, pois até esse não está fixado no romance. O leitor, o "leitor macho" que constrói o romance junto a Cortázar, desde um princípio é chamado a participar nessa cooperação ao escolher uma forma de ler o romance. Sua "opção" é requerida desde um primeiro momento.

Cortázar propõe dois caminhos de leitura para "Rayuela": um primeiro, que seria a forma tradicional, seguindo os capítulos em forma ordenada até chegar ao capítulo 56, onde "três vistosas estrelinhas equivalem à palavra fim" e se dará por encerrado o relato (ao menos esse relato), e o leitor poderá prescindir "sem remorso" da leitura dos demais capítulos; e um segundo caminho, que equivale a um segundo romance, que se lerá intercalando a êsses 56 capítulos "essenciais" os chamados "capítulos prescindíveis", de acôrdo com um quadro de leitura que aparece no início do livro e se vai repetindo ao final de cada capítulo, que indica qual será o capítulo seguinte. Seguindo esse segundo caminho, o leitor comprovará que o romance não terá um fim: os últimos capítulos entram em um círculo vicioso, repetindo-se sucessivamente o cap. 131 e o 58. Essa abertura dos capítulos coincide com uma abertura do conteúdo do mundo narrado. O assunto do romance, que é êle mesmo, é, em si, interminável. Além disso, essa estrutura aberta, um romance que não tem um princípio nem um fim determinados de antemão, exige uma participação do leitor muito mais intensa. "Rayuela é um livro para leitores cúmplices". (60).

De maneira bastante esquemática, poderemos afirmar que os cinquenta e seis capítulos "essenciais" do romance "narram"

(60) — BENEDETTI (Mario) — op. cit.

algo, a história de um homem argentino, Horácio Oliveira. Os outros, os capítulos “prescindíveis”, são especulações teóricas sobre a literatura de um modo geral, que Cortázar põe na boca de um personagem fictício, Morelli, mas que no fundo são suas próprias teorias sobre o romance que pretende pôr em prática no próprio “Rayuela”. De modo que será interessante comprovar até que ponto essas teorias “morellianas” estão realmente realizadas em “Rayuela” e até que ponto Cortázar falha nessa transposição. Nem sempre êsses capítulos “prescindíveis” aclaram algo que ficou obscuro anteriormente. Muitas vezes sua função é justamente obscurecer, de modo que a ambiguidade da realidade torne-se mais patente ainda. Pois já vimos ser a ambiguidade e não a clareza a forma de expressar a realidade, segundo pensam os escritores contemporâneos.

A êsse quadro de leitura que abre grãficamente o livro, seguem-se duas epígrafes, que pretendem demonstrar a função que Cortázar, de forma irônica, atribui ao romance, ou seja, um fim didático-moral. Em ambos, de diferentes maneiras, diz-se esperar do romance que “seja útil à juventude”, “contribuindo para reformar os costumes”, ou, dito de outro modo, “e oxalá que isto que estou escrevendo lhe sirva alguém para que veja bem seu comportamento e que não se arrependa quando já fôr tarde e tudo já tenha ido ao diabo por culpa sua”. A dualidade lingüística dada já nas epígrafes — uma escrita dentro de uma linguagem clássica, formal, e a outra tomada em linguagem popular absolutamente livre e incorreta — aponta ao tratamento da linguagem, que é a preocupação máxima de Cortázar com “Rayuela”, e diríamos mesmo seu assunto principal, conforme veremos mais adiante.

Lendo o romance da maneira normal, ou lendo-o da segunda forma, “Rayuela” não muda muito no que poderíamos chamar, em termos bem amplos, seu argumento.

*Argumento:* Um escritor argentino, Horácio Oliveira, vive em Paris em busca de sua auto-definição. Toda a primeira parte do romance, — “Del lado de allá” — conta suas andanças em Paris, onde tem uma amante uruguaia, Lúcia ou “La Maga”, que por sua vez tem um filho, Rocamadour, que morre

numa noite de inverno enquanto no mesmo aposento sua mãe, Oliveira e os demais membros do “Clube da Serpente” discutem sobre jazz. Após a separação definitiva de “La Maga”, Oliveira retorna a Buenos Aires, onde transcorre a segunda parte do romance — “Del lado de acá” —. Revê a antiga amante e reata velhos laços de amizade com Traveler, que agora está casado com Talita, uma mulher em quem logo Oliveira pretende reencontrar a imagem da perdida Maga. Com êsses dois amigos, Oliveira encontra trabalho, primeiramente em um circo e depois em um manicômio, onde finalmente enlouquece (?) e tenta o suicídio, não se sabendo ao final se consegue ou não.

*Motivos:* O “leit-motiv”, o *motivo fundamental* de “Rayuela” é a *busca*. Oliveira é um buscador: busca a si mesmo; busca a La Maga — o romance abre-se com uma pergunta: “Encontraria a La Maga?” —, que explicaria toda a ação posterior para respondê-la —; busca um centro, um “kibutz do desejo”; busca uma linguagem nova. Êsse motivo da procura, é uma velha obsessão de Cortázar, presente também em seu primeiro romance, “Los premios”, onde os personagens procuram saber o que há na misteriosa proa do navio que lhes está proibida, e aparece igualmente em um de seus melhores contos, chamado justamente “El perseguidor”.

Que procura Oliveira? Basicamente, nada concreto. É um ser que está sempre em movimento a alguma parte indefinida. Tem uma inquietação estrutural, uma “disponibilidade essencial” para a busca. Todo aquêle que procura tem que ser necessariamente um ser solitário. E Oliveira o é sempre. Conversa com as pessoas, com La Maga, mas nunca se comunica, comunica com elas. Porisso não aceita amar La Maga. O amor lhe aparece como uma armadilha a mais que lhe impedirá seguir buscando. O motivo do *amor impossível*, que aparece também em “Rayuela”, está fundamentado na condição pessoal de Oliveira, na sua impossibilidade de unir-se a alguém por ser essencialmente um buscador.

É inegável que Oliveira fracassa em sua procura. Talvez porque escolhe, em sua própria frase, “uma inconduta em vez de uma conduta”. Para êle, é mais fácil “pensar que ser”. Está

prêso a um esquema mental que reconhece falso, mas ao qual é incapaz de abandonar. É-lhe impossível deixar de pensar dentro de um esquema coerente, dual. Sempre está “do lado de cá das coisas”, nunca penetra em seu significado mais essencial, porque as busca através de métodos metafísicos, enquanto La Maga chega até as coisas intuitivamente, vivendo-as, embora seja incapaz de pensá-las. Daí por que Oliveira a procure, porque a sabe dona de uma autenticidade que é justamente o fim de sua busca. Mas procurá-la significa para Oliveira a perda de sua própria liberdade.

Essa contradição entre *dependência e liberdade* na relação Oliveira-Maga é essencial para compreender o romance. La Maga era para Oliveira a incarnação da vida que buscava, sua “testemunha”. Porém era uma pessoa distinta d’ele, que pertencia a um outro mundo. Êle sabia racionalmente que o mais perto que estaria da liberdade buscada era quando se sentia prêso pelo “mundo Maga”. Mas aceitar essa dependência seria negar-se a si próprio, e isto lhe é inaceitável. Daí por que não poderá ser feliz nunca.

*Estrutura do narrador:* Quem narra “Rayuela”? Aparecem vários narradores. Em primeiro lugar está Oliveira, que narra em primeira pessoa, desde um tempo e um lugar indefinidos, mas de qualquer forma em uma perspectiva passada. Por vêzes, narra também em tom apelativo — “Oh Maga” — usando um tom patético, lírico. Assume uma atitude comocionada, e é essa emoção que dá passagem à narrativa. Narra as coisas que lhe comovem, sem prender-se a ordená-las no tempo e no espaço. As recordações mais importantes são aquelas que lhe emocionaram mais fortemente, e são essas que narra. Êsse tom apelativo, de intensidade lírica, é, segundo Cortázar, uma das formas de linguagem que permite maior comunicação com o leitor.

Além de Oliveira, aparece um terceiro narrador que narra objetivamente, descritivamente, não se confundindo com os personagens e os fatos narrados. Êsse narrador daria uma visão muito mais objetiva e desinteressada do mundo.

Em outra oportunidade, é La Maga quem assume a narração (na carta a Rocamadour, por exemplo), e em outras, Morelli. Essa diversidade de narradores já vimos ser um dos recursos mais usados na literatura contemporânea para atingir a maior realidade possível.

*Linguagem:* “Todo ‘Rayuela’ foi feito através da linguagem” diz Cortázar. É essencial para sua compreensão a relação existente entre o mundo narrado e o modo como êsse mundo foi narrado (linguagem).

Cortázar pretende encontrar uma nova linguagem, já que a que existe, não é suficiente para expressar os sentimentos humanos. Ao menos está profundamente empenhado em destruir esta linguagem convencional, habitual. “Rayuela” é a síntese desta guerra paradoxal de um escritor contra sua própria forma de expressar-se. Diz Cortázar: “Isto é, há um ataque direto à linguagem na medida em que, como se diz explicitamente em muitas partes do livro, nos engana praticamente a cada palavra que dizemos. Os personagens do romance obstinam-se em acreditar que a linguagem é o obstáculo entre o homem e seu ser mais profundo. A razão é conhecida: empregamos uma linguagem completamente marginal com relação a certo tipo de realidades mais profundas, à que talvez poderíamos ter acesso se não nos deixássemos enganar pela facilidade com que a linguagem tudo explica ou pretende explicar. Quanto a êsse equilíbrio último que se simboliza um pouco com o final de Oliveira, êsse final em que realmente não se sabe o que sucedeu — eu mesmo não o sei, ignoro se Oliveira se jogou pela janela e se matou realmente, ou não se matou e entrou na loucura total, sem contar ademais que já estava instalado em um manicômio, de modo que não havia nenhum problema: passava de enfermeiro a enfêrmo, o que simplesmente era uma troca de uniforme —, creio que isso foi uma tentativa de demonstrar desde um ponto de vista ocidental, com tôdas as limitações e as impossibilidades conexas, um salto no absoluto como aquêle que dá o monge Zen ou o mestre do Vedanta” (61).

(61) — Citado de “Los nuestros” de Luis Harss — op. cit.

Cortázar pretende, e o afirma através de Morelli, um romance que não seja “escrito”, mas “desescrito”. Ou seja, é sua intenção criar um anti-romance, uma contra-linguagem, que seria definitivamente a única capaz de uma expressão verdadeira da realidade. Não quer renunciar a dizer. Justamente o que quer é DIZER, isto é, que algo passe através das palavras, que essas comuniquem alguma coisa ao leitor, fato que já não acontece na linguagem habitual. Não propõe uma desordem, mas uma nova ordem, talvez caótica, porém mais expressiva. Reconhece que em “Rayuela” isto ainda não foi alcançado. Esse simbolismo final da sorte de Oliveira, falho por sua linguagem convencional e por sua conexão a um esquema de pensamento que o próprio romance pretende destruir, desmente não apenas as teorias de Morelli, como compromete a estrutura aberta do romance.

Segundo Cortázar, há duas formas de linguagem: uma habitual, coerente; e a outra poética, livre, descentrada. Oliveira assume a linguagem habitual, que pretende ser racional e ordenada, mas que em realidade não consegue penetrar no sentido real das coisas, enquanto La Maga usa uma linguagem poética, que não racionaliza, mas que ao menos parece haver chegado a um mínimo de autenticidade. A forma racional da linguagem é dicotômica, binária. Classifica em sim e não, sem penetrar no âmago das coisas. “Para penetrar na essência das coisas tem-se que substituir esse raciocínio binário por uma consciência analógica, que assumiria as formas e assimilaria os ritmos inconcebíveis destas estruturas profundas” (62).

A forma habitual da linguagem não é um elemento descobridor do mundo e sim um elemento qualificador, classificador. Cortázar pretende substituí-la por uma consciência analógica, que chama linguagem poética, capaz de descobrir a essência das coisas e expressá-la. A linguagem poética, desconcertante e desconcentrada, não classifica: mostra.

Para tal, segundo Morelli (ou seja, Cortázar), o romance não deve tratar de ser “bem escrito”. O importante é que transmita algo.

Em busca dessa transmissão “Rayuela” tenta matar, deformar a linguagem tradicional. Cortázar ri-se das boas palavras, das boas frases, da construção psicológica dos personagens, de todos os esquemas lingüísticos seguidos até então. E sobretudo se ri a partir do próprio romance. Ironiza com a própria matéria que escreve. De certa forma, “desescreve” enquanto escreve. Para tal utiliza certos artifícios deformadores da linguagem: a ironia constante, a auto-crítica incessante, a incongruência e a imaginação sem sentido. Há uma completa desconexão entre o modo como se aborda uma realidade e a realidade mesma. As coisas mais sérias podem aparecer em tom de brincadeira e vice-versa.

Segundo Cortázar, o humor, a utilização da ironia, seria a única forma de abordar certos assuntos, dizer certas coisas sem cair no pieguismo e no sentimentalismo baratos. Isto está presente em “Rayuela”: duas das situações mais críticas do romance (na realidade todo êle construído sob tensão, sempre os personagens se defrontando com “situações limites”, o que contribui para manter prêso o leitor), a morte de Rocamadour e a passagem de Talita entre dois edifícios, suspensa por uma tábua (na verdade Oliveira e Traveler a disputam entre si), são construídos de modo grotesco e é justamente o humor que lhes confere todo o dramatismo que as situações requerem. Desde que o homem é capaz de ironizar, de inventar um idioma que se burle das situações mais sérias, racionaliza essas situações e as supera. Ao transformá-las em jôgo, de certo modo domina as situações extremas.

“Rayuela” é um contínuo jôgo, desde seu próprio título, tirado de uma brincadeira infantil. Cortázar joga com a linguagem em forma continuada. Anotemos alguns dos truques que emprega para deformá-la: a) escrever propositadamente errado; b) colocar um “h fatídico” antes de cada palavra pomposa que emprega; c) juntar várias palavras em uma só, principalmente quando é obrigado a empregar lugares comuns da li-

teratura, por não haver outra forma de dizer as coisas; d) inventar uma linguagem, o “gígllico”, que não diz nada em forma coerente, compreensível, mas que dentro do contexto das situações funciona como meio de expressar uma realidade. Embora o leitor não compreenda racionalmente nenhuma palavra das que dizem Oliveira e La Maga em “gígllico”, os fatos se definem por si próprios, não necessitam explicação. É o que se chama “linguagem contextual”. Há, além disso, o jôgo do “cemitério”, onde as palavras surgem como realidades mortas; a utilização de um estilo clássico, mesclado com uma linguagem propositadamente incorreta; o uso de vários idiomas no decorrer do romance, que se transforma numa verdadeira Babel.

Mario Benedetti (63) aponta para o “porteñismo” da linguagem de Cortázar. Embora em “Rayuela” se falem várias línguas e os personagens pensem de acôrdo com a idiosincrasia de seus respectivos países — e há argentinos, uruguaios, norte-americanos, franceses e até um chinês sádico que coleciona formas de torturas humanas —, todos se expressam como faria um argentino de Buenos Aires. “Com esta invasão coloquial, Cortázar tenta demonstrar a semi-convicção de que seu ouvido é argentino, e portanto, que a linguagem do mundo se incorpora a seu ser através de seu ouvido”. Ou seja, Cortázar como argentino transmite as inquietudes do homem universal, mas utilizando uma linguagem argentina, porque é assim que as sente.

Num romance que adquire estrutura aberta, concebido essencialmente como fragmentário, cabe ao leitor, como já o dissemos, uma participação muito maior. Fala-se que o leitor “compadece” o romance. Também êle busca. Antes que tudo, busca ordenar o mundo romanceado, que lhe é entregue em forma fragmentada, desordenada, insuficiente. A matéria narrativa de “Rayuela” apresenta-se em gestação contínua como no jazz, e aqui é proposital a comparação, pois o jazz (e de alguma maneira também o nosso samba) teria uma estrutura musical, uma linguagem expressiva, que seria ideal para adaptar a uma es-

(63) — BENEDETTI (Mario) — op. cit.

trutura narrativa aberta, por sua improvisação, seus “monólogos interiores”, sua metamorfose constante. Não por outro motivo aparece tanto em “Rayuela”.

Os *personagens* também não estão completos aqui. Adquirem vida à parte do romance, não são explicados nunca, nem a priori como no romance decimonônico, e nem mesmo no decorrer do romance. São indefinidos como o próprio homem, que nunca completa sua definição. Prosseguem em contínua transformação, podemos dizer mesmo que depois de terminado o romance. O próprio autor não sabe o que são nem o que lhes acontecerá no futuro. Lógicamente também o leitor não o sabe, não chega nunca a conhecê-los, pois ninguém poderá conhecer uma matéria que ainda não terminou de evoluir.

A grandeza de “Rayuela” reside em que consegue ultrapassar a pura experimentação lingüística para tocar problemas universais do homem. Cortázar pretende denunciar uma falsa linguagem, uma falsa postulação do homem: “o mundo está cheio de falsos felizes”. No fundo sua literatura é profundamente denunciadora.

“Em definitivo”, diz, “sinto-me profundamente só, mas creio que isto é um bem. Não conto com o pêso da mera tradição ocidental como passaporte válido, e estou culturalmente muito distante da tradição oriental, em que tampouco não tenho nenhuma confiança fãcilmente compensatória. A verdade é que cada vez vou perdendo mais a confiança em mim mesmo, e estou contente com isto. Cada vez escrevo pior de um ponto de vista estético. Alegro-me, porque talvez me esteja aproximando de um ponto a partir do qual possa alguma vez começar a escrever como eu creio que se tem que fazer em nosso tempo. Em um certo sentido, pode parecer uma espécie de suicídio, mas vale mais um suicida que um zumbi. Haverá quem pense que é absurdo o caso de um escritor que se obstine em eliminar seus instrumentos de trabalho. Porém, é que êsses instrumentos me parecem falsos. Quero equipar-me de nôvo, partindo do zero” (64).

(64) — Citado de “Los nuestros” de Luis Harss — op. cit.

# Satélite-Nefanálises e Chuvas do Nordeste

RACHEL CALDAS LINS

Em 1967 uma tese de doutoramento foi submetida pelo prof. Charles G. Markham à Universidade da Califórnia (Berkeley, USA) sob o título de *Climatological Aspects of Drought in Northeastern Brazil*. Estamos informadas de que recentemente a Assessoria Técnica da SUDENE obteve, por intermédio do prof. Hilgard O' Reilly Stenrberg, catedrático da antiga Universidade do Brasil e presentemente chefe do Departamento de Geografia daquela universidade norte-americana, autorização para promover e publicar a versão do trabalho em português. A SUDENE empreende atualmente uma revisão do seu plano de emergência contra as sêcas, revisão motivada pela repetição do flagelo em 1970, já agora em termos de programa integrado. E um dos objetivos implicados nesses novos estudos é o de inventariar comparativamente tôdas as contribuições mais importantes até agora oferecidas para uma interpretação científica das causas das estiagens nordestinas, especialmente aquelas que têm proposto métodos de previsão das sêcas a curto e médio prazos.

Através dum resumo publicado na "Revista Geográfica" do Instituto Panamericano de Geografia e História (nº 70, junho de 1969) tínhamos conhecimento de um dos capítulos, provavelmente um dos mais importantes, da tese do prof. Markham. Esse resumo, aliás de autoria do mesmo professor, traz a sugestiva epígrafe de *Satellite Nephanalyses and Rain in Northeastern Brazil* e tem um caráter de nota prévia acêrca da primeira tentativa já feita para explicar os regimes de chuvas do Nordeste com a ajuda de registros fornecidos por satélites meteorológicos. Em outras palavras, a primeira utilização da mo-

terna tecnologia espacial para a compreensão de mecanismos atmosféricos relacionados com essa região-problema do país.

Nefanálises são estudos interpretativos de sistemas de nuvens tais como se sucedem e evoluem ao longo dos dias em determinadas áreas do planeta. A satélite-nefanálise prevalece-se, para isso, de fotografias tomadas de grande altitude pelos satélites meteorológicos. Para o seu trabalho o prof. Markham valeu-se inicialmente das fotografias feitas em fevereiro e maio de 1966 pelo satélite ESSA I no curso das primeiras órbitas descritas desde o seu lançamento. Multiplicou depois essas observações por outras séries dêsses mesmos registros, mas no capítulo de que temos conhecimento as considerações se fazem em relação às daquele período. Aos símbolos de nefanálise inscritos nessas fotografias pelo US National Environmental Satellite Center, o autor superpôs convenções cartográficas de significado meteorológico e examinou as resultantes em função dos comportamentos diários da pressão atmosférica referidos à isolinha de 700 milibares e dos totais pluviométricos imediatamente registrados nas manhãs subsequentes a êsses comportamentos. O tratamento dado a essa combinação de referências é, afinal, caracteristicamente geográfico, isto é: climatologicamente interpretativo, e não apenas meteorológico. Concluído o exame, não vacilou o autor em anunciar que, para uma compreensão sistemática dos processos controladores dos fluxos de umidades no Nordeste, a sequência de dados assim inaugurada permitiria considerar em nova perspectiva os processos atmosféricos reguladores dos regimes de chuvas na região brasileira das sêcas.

Nas linhas que se seguem experimentaremos confrontar os resultados a que chegou o prof. Markham, através da satélite-nefanálise, com aquêles que temos entrevisto há vários anos em repetidas abordagens teóricas da problemática climatológica do Nordeste. Abordagens conduzidas em termos de meteorologia dinâmica pelo Departamento de Ciências Geográficas da U.F.Pe. e das quais vimos participando desde 1959. Uma relação dos vários ensaios de interpretação nesse sentido pode ser encontrada no mais recente trabalho nosso publicado em coautoria com

o prof. Gilberto Osório de Andrade, até bem pouco chefe daquele Departamento (1).

Testadas por meio de reiteradas observações *in loco* nas áreas mais representativas, e também controladas por um levantamento cartográfico da repartição média anual das precipitações regionais (2), conotações explicativas recolhidas de diversos autores (3) levaram-nos a distinguir três regimes de chuvas no Nordeste: as chuvas “de verão-outono” (dezembro a maio) da *Convergência Intertropical (CIT)*, as “de outono-inverno” (março a agosto) das emissões da *Frente Polar Atlântica (FPA)* e as “de verão” (dezembro a fevereiro) da diástole anual da massa *Equatorial Continental (Ec)*. O mapeamento referido identifica cada uma das porções territoriais do Nordeste a que corresponde cada um dos três regimes de chuvas, bem como as áreas de interferência em que, durante o ano, mais de um dêles ocorre sucessivamente.

A *CIT* e a *Ec* são massas de ar convectivo, vigorosamente instáveis em virtude dos movimentos verticais de ascensão que as caracterizam, e sua instabilidade se resolve sob a forma de pesados aguaceiros despejados por *cumulus* e *cumulo-nimbus*. Dessas chuvas convectivas diferem as oriundas do ar advectivo das emissões da *FPA*, as quais, com sistemas de nuvens tipo *stratus* e *nimbus-stratus*, são substancialmente frontológicas, embora localmente participando, também, em função do relevo, do caráter de chuvas orográficas.

Registamos igualmente como a *CIT* corresponde a um talvegue de baixas pressões onde se defrontam os alíseos boreais e austrais. Porisso que as variações sazonais de latitude do equador térmico determinam o deslocamento dêsse talvegue para o Norte e para o Sul do equador geográfico, a *CIT* oscila

1) — *Os Climats do Nordeste*, em J. Vasconcelos Sobrinho e outros, “As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização”, CONDEPE, Recife, 1971.  
2) — Vd. figs. 44 e 44a, pp. 444 e 445, no Capítulo VII (*Os Climats*) de “Brasil — A terra e o homem”, Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 2ª ed. (o capítulo é de autoria do prof. G. O. de Andrade).  
3) — *Op. cit.* (vd. especialmente, na Bibliografia, os autores relacionados na parte “Estudos regionais”, pp. 459-61).

na costa setentrional e oriental nordestina e a incidência dos aliseos de NE-E e SE-E alterna-se em boa parte dela durante o ano. A diferença de temperatura dos aliseos é quase sempre irrelevante. Dêsse modo, não se define na *CIT* uma descontinuidade linear, ou “frente” pròpriamente dita, mas uma sucessão de descontinuidades e *doldrums*, êstes manifestados por *cumulo-nimbus* pesadamente torreados, trovoadas e aguaceiros. Aliás as “migrações” da *CIT* para o Norte e para o Sul devem ser configuradas com reserva, ou quando muito como referência esquemática para a compreensão de sua dinâmica. Porque as coisas nela se passam, na verdade, sob a forma de movimentos verticais da troposfera inferior, os quais se generalizam ora mais ora menos extensivamente durante o verão-outono na costa nordestina.

Por outro lado o ar dos aliseos que alcança o saliente nordestino é um ar tépido e límpido (vulgarmente chamado de “ar sêco”), do qual não chegam a resultar precipitações verdadeiramente representativas dos regimes de chuvas do Nordeste. O reparo aplica-se de modo especial aos aliseos austrais, aliseos de SE-E, que sopram sôbre a região durante a maior parte do ano e cuja presença assim constante determina, em última análise, a ocorrência ali do sertão semi-árido.

Foram por nós estudadas também as consequências, enfáticas durante o inverno (junho a agôsto), da dilatação do centro de altas pressões do Atlântico Sul e de sua instalação no continente. No Nordeste, o domínio dêsse mar de ar límpido, subsidente e divergente só não frustra de maneira total as precipitações porque nessa estação fazem-se ordinariamente mais assíduas e enérgicas, na costa oriental, as chuvas frontológicas das emissões da *FPA*. Emissões, por sinal, de origem assaz remota, que se propagam pela costa do Brasil desde os 40 ou 45° de latitude Sul.

Todos os fatos e mecanismos aqui sumariamente referidos participam do elenco de muitos outros que compõem o quadro climático regional nordestino, segundo as aproximações que com êste lograram os estudos no nosso Departamento de Ciências

Geográficas, e foram nesta oportunidade destacados para uma comparação com as conclusões a que chegou o prof. Markham no resumo do mencionado capítulo de sua tese.

As satélite-nefanálises de que se valeu e as interpretações que delas fêz confirmam o comportamento atmosférico que tínhamos entrevisto, salvo no que se refere à participação que nesse quadro tem a *Ec* e cuja omissão poderá talvez ser explicada como resultante, ao mesmo tempo, da peculiaridade de dois enfoques tomados pelo prof. Markham no capítulo cujo resumo conhecemos. No período, com efeito, de fevereiro a maio a presença da *Ec* já não se faz assinalar enfaticamente no Nordeste, porquanto depois da diástole máxima, em janeiro, essa massa entra em sístole progressiva até se retrair inteiramente na área de instabilidade permanente do alto Solimões e rio Negro. Além disso, as quarenta estações tomadas como referências pelo prof. Markham, no capítulo em questão, para o contrôlo das taxas pluviométricas de janeiro a maio, localizam-se tôdas no Nordeste oriental e ao largo, portanto, do flanco ocidental da região afetado pelas chuvas da *Ec*. Tivemos informações verbais, porém, do prof. Sternberg — que participou da comissão julgadora da tese do prof. Markham na Universidade da Califórnia — no sentido de que, noutros capítulos da tese e em função doutros períodos e doutras sequências de dados, os efeitos da *Ec* foram também analisados.

No mais, as coincidências são completas. Os aguaceiros de fevereiro, acusados pelos pluviômetros das estações de referência, derivam da presença dos *doldrums* da *CIT* na costa nordestina e de sua interiorização nos grandes vales. Tínhamos assinalado já em nossos estudos que o estado atmosférico característico da presença da *CIT* no Brasil começa a se alastrar no início do verão austral (dezembro-janeiro) a partir do Amapá, propagando-se em seguida pela costa setentrional e pela oriental do Nordeste até o outono (março a maio), depois do que se retrai para o hemisfério Norte no inverno, isto é, no verão boreal.

Os aliseos de SE-E dominam a circulação atmosférica regional durante todo o tempo em que a *CIT* jaz no hemisfério

Norte. No verão-outono, porém, quando a *CIT* frequenta a costa nordestina, os alíseos austrais e os boreais, que no seu talvegue se defrontam, disputam entre si essa área de incidência e a disputa é regida pelas variações, em latitude, de cintura dos *doldrums*. Como textualmente assinala o prof. Markham, as satélite-nefanálises, tendo mostrado que em fevereiro “uma convergência intertropical bem definida estende-se entre os salientes brasileiro e africano, com ventos de NE dos *doldrums* úmidos soprando sobre o Nordeste do Brasil”, manifestaram igualmente que, “em seguida, a convergência move-se para o Norte, os ventos giram para SE e as chuvas exaurem-se”.

Verificou ainda o prof. Markham: “Quando a *CIT* retira-se para o Norte as chuvas provêm de perturbações frontológicas originárias do longínquo Sudeste”. Sob a forma de “frentes”, com efeito, as emissões da *FPA* começam a assediá-la a costa oriental do Nordeste no outono, produzindo aí as chuvas que já identificamos como “de outono-inverno”. Outra evidência ressaltada pela nefanálise foi a de que, durante o outono, ainda as chuvas da *CIT* concorrem na costa oriental com as da *FPA*. Isso também tínhamos nós demonstrado em nossos ensaios, inclusive mediante a análise de pluviogramas de estações costeiras do Rio Grande do Norte (Canguaretama, p. ex.), quando indicamos que os aguaceiros outonais da *CIT* têm um papel suplementar no regime de precipitações da *FPA*.

Feita ainda a ressalva de que nos falta conhecer o texto completo do trabalho do prof. Markham, todo o mecanismo descrito no capítulo de que nos vimos ocupando corresponde cerradamente àquele que propusemos no tocante às chuvas da *CIT* e da *FPA* e no que se refere aos efeitos de bloqueio representado no inverno pela instalação das altas pressões no continente. E quando se detém na influência que exerce a direção dos ventos na produção das chuvas regionais de verão-outono e outono-inverno, o prof. Markham confirma, no seu estudo das satélite-nefanálises, fenômenos que por outros caminhos tínhamos identificado. Tais como a “secura” (melhor diremos a estabilidade) dos alíseos de SE-E, cuja origem é o flanco oriental do anticiclone do Atlântico Sul e aos quais demos o nome de “ar

Tépido calaariano” (*Tk*). Porque êsse flanco dilata-se, no inverno, sobre o Kalahari, de sorte que o fluxo que dali alcança a costa nordestina é como uma projeção transatlântica do ar dum deserto africano.

O exame das satélite-nefanálises utilizadas pelo prof. Markham acentua, entretanto, uma evidência que honestamente devemos reconhecer tinha-nos escapado. É que os fluxos “de Leste” — efeitos da deflexão dos alíseos de SE e NE nas vizinhanças do equador — podem eventualmente transportar, misturados, o ar “sêco” dos ventos de SE e o ar úmido, instável, dos *doldrums* da *CIT* tangidos pelos alíseos de NE. É óbvio, com efeito, que a convergência de ambos os alíseos no talvegue da *CIT* predispõe necessariamente a composições dessa ordem, mas confessamos não termos atinado antes com isso que a nefanálise agora documenta.

# A Contribuição do Nordeste à História das Idéias Políticas e Sociais no Brasil(\*)

NELSON SALDANHA

“História de Idéias”  
e Âmbitos do Pensamento Social

Enfrentamos a tarefa de fixar, ou ao menos apontar, a parte do Nordeste na elaboração dos debates e das análises que constituem historicamente o pensamento sócio-político nacional. Antes, entretanto, convém ter em conta o problema da história das idéias como trabalho específico, e o dos âmbitos ou marcos em que se podem considerar tais idéias.

Dizia Mannheim, em seu famoso e magistral estudo sobre o pensamento conservador, que ao historiador de doutrinas cabe basicamente reconhecer e estudar *estilos de pensamento* — estilos expressados e passíveis de reconhecimento como os da história da arte e da cultura em geral.

Se o pensamento possui estilos, historicamente caracterizados, ocorre que neste caso um “estilo” não é um padrão formal, um dado modelar e sim uma atitude vital inteira. Cada forma fundamental de pensamento social reflete, ou mais, integra e representa uma forma de existir e uma posição existencialmente assumida.

Por outro lado o pensamento humano, particularmente o social ou sócio-político, pode ser encarado em diferentes di-

(\*) Texto correspondente ao conteúdo de conferência feita em Campina Grande, Pb., como parte de um curso coletivo sobre problemas do Nordeste, em setembro de 1970.

mensões, conforme o âmbito a que corresponda, pela implantação de seus condicionamentos ou pela intenção de seu conteúdo. Temos assim o pensamento “universal”, que pode ser tal pelo conteúdo — uma teoria muito geral, por exemplo uma teoria do poder — ou pelo plano em que se coloca ao manifestar-se. Temos também o âmbito “nacional” do pensamento: ora nacional pelas motivações vitais que revela, e que o caracterizam, ora pela problemática que carrega, pelo assunto que conduz. Mas é também possível reconhecer âmbitos *regionais* no pensamento, regionais no sentido em que uma nação possui ou pode possuir diferentes áreas com caráter cultural distinto, e distintas motivações no trabalho intelectual.

Negar que a atividade intelectual possua condicionamentos locais, ou que o pensamento esteja ligado a marcos de espaço, seria apelar para uma generalização abstraidora e esvasiadora. Se tudo é literatura, em literatura, e se os problemas de teoria política são problemas políticos em qualquer parte, não é em toda parte que qualquer tipo de literatura se faz, nem qualquer tema político encontra desenvolvimento. O universalismo iluminista, que fechava os olhos de Goethe para as peculiaridades nacionais, foi fruto de um tempo, e, frise-se, de um padrão intelectual tipicamente europeu. Também no caso do pensamento social e político, se a “natureza” dos problemas, ou a sua essência, são os mesmos independentemente de fronteiras, são-no no sentido do denominador comum que possuem; mas as análises devem ir sempre além dos denominadores comuns. Enfim, se a nacionalidade e regionalidade fôssem meros acidentes, mera pontuação anedótica com referência a nomes e obras, não se precisaria saber de Unamuno que era espanhol, nem adiantaria saber que Tolstoi via as campanhas napoleônicas sob prisma eslavo.

O que se quer, ao indagar das circunstâncias regionais que tingem o trabalho dos teorizadores políticos num país como o nosso, não é *reduzir* o sentido dêste trabalho ao pêso daquelas circunstâncias, e sim verificar o sumo existencial vivido e expressado por tais teorizadores, na medida em que sentiram de determinada maneira a sua circunstância. No caso do Nordes-

te, cremos que há efetivamente algo a registrar, sobretudo em certas fases e em certos movimentos de idéias (será que não existem “movimentos de idéias?”), como contribuição regional aos debates nacionais. Sobretudo se, falando em idéias e em movimentos de idéias, ligamos a expressão à problemática dos movimentos sociais e da ação social propriamente dita.

No Brasil, todos sabem que têm havido variantes na adoção de certas tendências intelectuais ou ideológicas, ou no diferente tratamento delas. O positivismo, que dominou as mentes na parte sul do país nas últimas décadas do século XIX, dando traços peculiares à criação das instituições republicanas, não teve *tanto* realce no norte nem no Nordeste. No extremo sul, o positivismo castilhisto assumiu tons que o positivismo de um Alberto Sales, em São Paulo, não conheceu. É natural, num país amplo e dividido (dividido administrativa e etnicamente), que as manifestações intelectuais, mesmo as maiores e mais exemplares, mostram condicionamentos locais e estejam prêsas a feitiços provinciais. O “espírito de província” tem de apresentar-se diferenciado, e êste espírito tem tido seus oportunos defensores entre nós: ultimamente um dos mais recentes, o professor Nilo Pereira, em livro intitulado precisamente *Espírito de Província*, evocava a defesa do provincialismo feita há cem anos por Tobias Barreto.

Também há pouco tempo o professor José Antônio Gonçalves de Mello, em seu ensaio “Por uma História do Império vista do Nordeste” (*Estudos Universitários*, Recife, março de 1966), lembrava a secular marginalização do Nordeste, seguindo em seu balanço uma frase epigráfica de Tavares Bastos. José Honório Rodrigues, por sua vez, prefaciando a 4ª edição de um de seus mais importantes livros, *Aspirações Nacionais*, mencionou o menosprêzo de certos grupos dominantes no Brasil de hoje pelo Nordeste, advertindo, em troca, que ao longo de nossa história os predomínios regionais têm variado. Não somos, nem temos sido, uma federação bastante igualitária no que tange às relações internas.

*Gênese do  
Pensamento Político Nacional*

Mas, não se trata de arrolar queixas nem denúncias. O importante será compreender o papel que o Nordeste, como região, tem desempenhado no penoso esforço de pensar a realidade social e política do país.

Esse esforço pode ter seus estágios iniciais situados em determinados momentos da vida colonial. Com alguma boa vontade, é possível ver na literatura colonial algumas expressões relevantes como manifestações ideológicas. Naquela fase, a diferenciação regional era marcante, pois as comunicações eram precárias e a unidade nacional coexistia com a diversidade local das experiências colonizadoras. No século XVIII, os ecos do iluminismo europeu e do liberalismo político dão alguns frutos importantes, que estão nos levantes da época, sobretudo as revoluções mineira e baiana. Se incluirmos a Bahia no âmbito do que se chama Nordeste, teremos aliás um importante expoente do pensamento da colônia em Vilhena, cujas famosas *Cartas* são um extraordinário repositório de crítica econômica, política e social, em grande medida pioneira. Da Bahia também, na transição para o século XIX, foi o bispo Azeredo Coutinho, figura bastante complexa e expressiva, avançado pela metodologia empirista que advogava, mas radical conservador nas idéias políticas e sociais.

No fim do século XVIII, portanto, havia já nos Estados nordestinos uma elite intelectual informada nos debates europeus e tendente a reivindicar para o Brasil — ou para a região, ou ainda para determinado Estado — condições renovadas. No início do século XIX, o sopro estimulante do romantismo traria um fermento novo para as pretensões nacionais, e novas experiências, em outras partes do mundo, serviam de emulação e exemplo para nossos patriotas. Essa ebulição se acende então de modo muito especial, no Nordeste.

*Revolução  
de 1817*

O problema da *mentalidade* colonial brasileira, particularmente em seu plano político e em sua dimensão nordestina, deve ser estudado com as devidas cautelas. A respeito de determinados movimentos, por exemplo, não se lhes deve atribuir intenções que não podiam ainda ter tido, nem por outro lado negar-lhes certo sentido só porque nem sempre as explicitações foram suficientes. Isto se aplica ao debate em torno do caráter “social” de rebeliões como a bahiana de 1798 ou a pernambucana de 1817.

Tais rebeliões se acham historicamente num contexto especial, tendo eclodido numa sociedade escravocrata (e não capitalista), socialmente hierarquizada e para-feudal, embora a miscigenação fôsse um fato generalizado, e a unidade nacional começasse a cimentar-se.

Na revolução de 1817, os elementos habituais dos levantes anteriores se achavam presentes: insatisfação, conflitos de classe, veleidades republicanas. Agora, porém, o elemento maçônico atuou de forma bem acentuada, e a geração revolucionária já não era puramente iluminista, mas sim marcada por um incipiente romantismo. A extorsão tributária, provocando o arrepio dos interesses financeiros locais, não contrariava apenas estes interesses: encontrava também pretensões intelectuais bastantes caracterizadas. Os próprios insurrectos, no “Preciso” redigido por José Luiz de Mendonça, denominavam otimisticamente seu levante de “faustíssima e gloriosíssima revolução”. Ideologicamente, as concessões à massa popular eram tímidas. Alimentava o movimento um credo liberal de tipo clássico com sintomático respeito pela propriedade fundiária e um vago (embora sincero) apêgo ao conceito de república. Entretanto, aquela insurreição, de que o francês Tollenare foi testemunha involuntária e interessante, foi, sem dúvida, o mais importante sucesso revolucionário das primeiras décadas do século, prenunciando e precipitando os acontecimentos da Independência e os levantes que na fase regencial ocorriam.

*Fase Monárquica:  
Revoluções e Críticas*

Quando se deu a Independência, Pernambuco já assumira uma posição de realce no cenário da ação política nacional, e no das letras também. Esse realce corresponde a uma série de lutas e agitações.

Devemos aludir desde logo à Confederação do Equador, doutrinariamente dominada pelos escritos de Frei Caneca, ao mesmo tempo candentes e seguros, onde a clareza do pensador acompanhava a bravura racional do liberalista impenitente. Com a Confederação, contemporânea da outorga da carta imperial, o Nordeste capitaneou inquestionavelmente a consciência nacional. O repúdio à constituição, expressado por Frei Caneca em termos jurídicos incontestáveis, era ao mesmo tempo um gesto político de profunda validade. Com justiça, José Honório Rodrigues chamou Frei Caneca "principal representante do liberalismo radical no Brasil", e Luiz Delgado caracterizou, naquêlê frade extraordinário, uma "inteligência desassombrada".

Com a Confederação do Equador, desatava-se (o verbo é de Euclides da Cunha) a série de rebeliões que agitaram a vida do Império. Com a Praieira, temos um dos pontos mais relevantes dessa série. Estourando contra manobras conservadoras, carregava a Praieira, por trás dessas motivações políticas formais e partidárias, um fundo de tendências sociais inequívocas. Dentro de seu trabalho, realça-se marcadamente o papel da Imprensa, já então uma presença digna de nota na pregação de idéias e no proselitismo polêmico. Essencialmente nordestino pelo quadro de implicações sociais e mesmo sócio-econômicas sobre que assentava, o movimento praieiro envolveu figuras imperecíveis da história do pensamento social brasileiro. Figuras que somente a ambiência local de então teria comportado, uma ambiência já carregadamente romântica e feita do conflito entre as dominações oligárquicas e os desejos liberais e sociais de certos círculos. Destas figuras, umas pertencem realmente ao movimento como Abreu e Lima e Borges da Fonsêca; outros

estão em sua periferia, como Antônio Pedro de Figueirêdo, o famoso discípulo e tradutor de Cousin, chamado porisso o "Cousin Fusco".

A diversidade de atitudes pessoais entre os praieiros, não suficientemente identificados no tocante aos programas e às reformas, não impede de considerar socialista o movimento. Com êle, o Nordeste se antecipou notavelmente em matéria de crítica social e de esforço igualitariamente. Os praieiros propugnavam pelo voto livre e universal, pela liberdade de imprensa e de trabalho. Edison Carneiro, em seu livro sobre a revolução da Praia, considera-a "a mais importante das agitações do Império pelo seu conteúdo político-ideológico".

Ligados ao levante praieiro tivemos então, como ficou dito, alguns nomes de extrema relevância em nossa história ideológica, como representantes do nosso *socialismo* romântico. Os três nomes principais são portadores de inclinações bem distintas: Antônio Pedro de Figueirêdo foi eclético e humanitarista, figurando sobretudo como teórico; Abreu e Lima, a um tempo soldado ativo e publicista político, foi historiador e doutrinador, a seu modo confuso e providencialista; Borges da Fonsêca, muito mais agitador e líder popular do que escritor. O socialismo de Antônio Pedro de Figueirêdo era calcado nos utopistas franceses, mais ou menos como ocorrera poucos anos antes na Argentina, com Esteban Echeverría. Redigindo o "Progresso", Figueirêdo concebia o advento do socialismo como um processo histórico inelutável, em que a eliminação da miséria das massas seria resultado de uma crescente consciência social. Abreu e Lima, descrevendo também êsse processo como um indesejável destino da humanidade, usava em seu livro principal uma linguagem desaforada e insultuosa aos autores de quem divergia, numa série de explanações quase sempre confusas e vagas. Borges da Fonsêca, que pouco escreveu e o fêz sempre jornalista, enfatizou a idéia do *povo* como suporte da democracia.

Naqueles tempos, o *jornalismo* político teve no Brasil um intenso fastígio. No Nordeste, o calor das lutas sociais e políticas ensejou o aparecimento de uma imprensa crítica perma-

nentemente em guarda. Uma pletera de pequenos, bravos e efêmeros periódicos enche aquêles anos de enorme significação como escola de democracia e de debate. Dos grandes nomes, convém destacar o maranhense João Francisco Lisboa, lúcido e insubstituível analista das mazelas eleitorais de seu Estado, então nos seus grandes dias aliás, e que eram, por extensão, as da região e do país todo. Foi também pela imprensa que a eterna inquietação nordestina deu formulações insistentes ao nacionalismo brasileiro, quer denunciando os monopólios comerciais portugueses, quer preconizando, mais genêricamente, que a independência política de 1822 se desdobrasse, verticalmente, em emancipação completa do país. Um pequeno jornal pernambucano de 1853, chamado "O brado da Miséria", pedia precisamente isto: a nacionalização do comércio a retalho e da indústria manufatureira. O mesmo se daria com outro jornal nosso de 1854, "O brado do Povo", e com vários outros periódicos da época.

### *Histo- riadores e Polemistas*

Na fase imperial, grande parte dos Estados do Brasil se dotou de Institutos Históricos, destinados a recolher e perenizar os zelos dos pesquisadores regionais. Em alguns casos, porém, o zêlo historiográfico se metamorfoseava em combatividade e partidarismo, o que era perfeitamente compreensível.

Exemplifica esta espécie o alagoano Mélo Moraes, historiador desabusado, inimigo impetuoso dos portugueses e partidário de um nacionalismo mal definido, mas expressivo e válido. Seus livros, superficiais sob certo aspecto, valem exemplarmente pelo denôdo das frases e pelo tom sincero que tinham.

— Outra figura típica de polemista tivemos-la no Padre Lopes Gama — sobretudo satirizador de costumes —, figura ideologicamente eclética, embora felizmente não tão reacionária como o Vigário Barrêto. No Recife de entre 1820 e 1830, o chamado Padre Carapuceiro exerceu com muita verve a sátira e a crítica, através de jornais. Mais amarga, por sua vez, a po-

lêmica de Afonso de Albuquerque Mélo chega a ser violenta e rude; seu livro "A liberdade no Brasil — seu nascimento, vida, morte e sepultura", publicado no Recife em 1864, defendia ferozmente a liberdade e denunciava um mundo de culpados pelo mau estado de coisas do país.

Poderíamos ainda incluir Tobias Barrêto entre os polemistas, que o foi frequentemente e com eficácia. Um polemista perigoso e erudito, com uma tremenda capacidade de trabalho intelectual e uma enorme versatilidade, sabendo alemão, exibindo conhecimentos enciclopédicos e possuindo uma impressionante facilidade de impressionar os jovens e criar adeptos.

### *Pensadores Sociais Nordestinos*

Foi Tobias Barrêto, entretanto, muito mais que um polemista. Suas zombarias, incluindo as que fazia ao Imperador, foram traços ocasionais ou idiossincráticos. Substancial em sua extraordinária e variada obra parece-nos ter sido o respeito ao povo e a consciência que tinha dos problemas nacionais. Foi sempre um liberal, nunca se convenceu do socialismo; omitiu-se estranhamente quanto ao problema dos escravos, e jamais converteu-se à república. Tudo isso entretanto parece ter provindo de ranços subjetivos que revelava nas atitudes ideológicas como nas pessoais, teimosias e reservas de homem sofrido e manhoso.

Com outro estilo, o alagoano Tavares Bastos representou o pensamento sistemático, coisa que Tobias Barrêto não foi propriamente. José Honório Rodrigues, em seu recente discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, declara Tavares Bastos o maior pensador social que tivemos, possível exagêro, desculpável porém: foi um estudioso de rara penetração, com projetos de rara lucidez. Foi dos primeiros que clamaram por descentralização, e dos primeiros que colocaram sèriamente o problema da Amazônia.

Nesta categoria de "sistemáticos", poderíamos incluir Nabuco, entranhadamente pernambucano sem deixar de ter sido

homem "universal". Conservador de certa forma, mas por outro lado francamente liberal, escritor magnífico, Nabuco viu o Brasil com uma ponderável dose de sensatez. E com êle chega a transição para a República, fase difícil e complexa da vida cultural do país, e cheia de consequências para a problemática social de nossa região.

Pernambuco tinha sido palco de profunda agitação durante duas campanhas marcantes: a da abolição e a da república. Ambos os movimentos tinham tido, entre nós, vastos reflexos e poderosas contribuições. Outra agitação memorável que tivemos fôra a chamada Questão Religiosa, que tão fundas cicatrizes deixou.

Não gostaria de completar a alusão a essa época sem mencionar Oliveira Lima, com sua lucidez enorme. Se, no dizer de Nilo Pereira, sua obra de historiador bastaria para lhe assegurar a imortalidade, suas advertências a respeito do panamericanismo lhe deveriam valer a gratidão de todo o Brasil. Neste ponto, sua atitude contrasta com a equivocada adesão de Artur Orlando e com as ilusões de Nabuco, sendo comparável à posição que, no sul e em outros têrmos, tomara Eduardo Prado.

### *A Revolução de 1930 e suas Adjacências*

Em tôrno do ano de 1930, o pensamento social e político brasileiro entra de nôvo em ebulição. A filosofia do cearense Faria Brito, tomada como facho por certas facções da direita, inspirava direta ou indiretamente pronunciamentos e teorias. A crise mundial de 1929 nos afetou. O movimento socialista brasileiro, gerado no início da década dos vinte, respondia como podia. O integralismo, bebendo fôrças nos modelos europeus, deu no Nordeste uma série de frutos, produzindo uma vasta seara de oradores e jornalistas que, como *intelligentsia*, como grupo intelectual, merece um reestudo sério e compreensivo. Quando o "Estado Nôvo" se instalou no país, os baluartes socialistas sofreram sério abalo, mas na retomada do caminho democrático, em 1945 e 1946, a intensidade dos debates

nos Estados da região foi algo efetivamente digno de nota. Tinha o Nordeste uma realidade social problemática e agônica, que os retratos literários surgidos na obra de um José Lins ou de um Graciliano ajudavam a ter em mira. Tinha uma experiência de luta e uma tradição de cultura, historicamente maturadas.

Foi o tempo, refiro-me à década de quarenta, em que as Universidades se multiplicaram no país, e isto trouxe, sem dúvida, nova dimensão para o interêsse pelos estudos sociais e políticos, já que a abertura de cursos convidava a juventude a vir perguntar pelas coisas. Com os reexames, por mais acadêmicos que quisessem ser, teriam de surgir debates e reivindicações, debates ainda hoje inconclusos e reivindicações ainda hoje latentes.

Na transição para os anos sessenta, e implantação da Sudente corresponderia ao movimento desenvolvimentista, e tôda uma problemática regional se ofertava à discussão. Em 1962, a questão do parlamentarismo, embora sem deixar maiores sulcos doutrinários, sacudiu a consciência nacional.

Para o Nordeste, os problemas nacionais que desde então vêm tendo mais sentido são os ligados ao desenvolvimento e à justiça social. Sendo agora o desenvolvimento um feito, um programa, pergunta-se que estruturas políticas devem acompanhá-lo, e qual o estatuto do homem — ou da terra — que melhor convém aos ideais novos. É portanto certo que o problema da terra e o do nacionalismo continuam sendo agudos para o nordestino. Estas notas locais são um colorido específico que não desmentem a unidade dos problemas nacionais. Esta unidade mesma, porém, é ainda algo a desejar, pois que o equilíbrio entre as regiões é coisa que não existe na realidade, e o nordestino luta além de tudo contra os desajustes que dão a outras regiões um chocante predomínio econômico e político. Por isso mesmo, se pretende uma colocação diferenciada dos problemas nacionais. Sem nossas questões regionais, pouco serão as divagações doutrinárias que se façam em tôrno das coisas do país. Pouco serão as cogitações de futuro. O Nordeste, em con-

sonância com o resto da nação, atravessa tempos de esforço e expectativa. Seja dado que possamos praticar, estimavelmente, aquilo que José Honório Rodrigues denominou "a aventura da convivência e da compreensão". Ou seja, a abertura para um trabalho integrado e democrático, nutrido pelo senso dos valores humanos.

## Dois Poemas

CÉSAR LEAL

### VOZES DO SIROCO

O siroco o mistral a chuva a rosa  
o plano o lago a rocha a planta o pó  
a pirâmide o mar a concha o peixe  
as colinas do Sol

o vaso o vago a brisa a tarde a noite  
o dia o sentimento o vale o monte  
a camada das formas e das côres  
o céu o sol a ponte

o leite a luva o êrro a gota de água  
a pétala o pó o pelotão  
a meia o vagalume e a fogueira  
as lanças do tufão

o exército da vida todo acêso  
o virus o termômetro o remédio  
o candeeiro a brasa a febre a sêde  
a solidão o tédio

o campo a sementeira o vento o sol  
a sementeira e novamente o campo  
o verde das campinas as abelhas  
a curva do horizonte

a faca o corte a dor o sangue a dor  
o rim o grito a fala o coração  
a linha o carrossel a nuvem o ar  
as chamas do verão

o modêlo o desejo a fome o frio  
a flor a forma a luz o fruto a face  
a ficha a porta a luz o automóvel  
o ferro o aço a faca

a rosa a luz da rosa e a semente  
da rosa para a rosa em seu jardim  
o início o meio o fim o outro início  
e novamente o fim.

### A MORTE E SEU GLÁDIO

A música o violino o timbre a nota  
a brisa a planta a fôlha a flôr da água  
o gêlo o frio a dor o desconfôrto  
os ácidos da mágoa

o exílio o sentimento a luz das algas  
a areia o caule o crime o cadafalso  
a palidez o sangue o mêdo o sono  
a rigidez do aço

o recinto a parede a altura o muro  
o sol o lodo o sol a cêrca o gado  
o trabalho o vaqueiro o rio o pátio  
as lâminas do arado

o passado o futuro o tempo o fim  
o fogo transitório o ferro a brasa  
o promontório a chaga a tirania  
a pluma o vôo a asa

o vento a água as lâmpadas as flôres  
a estação a chuva o peregrino  
o trópico o calor o pólo as cinzas  
o riso dos meninos

o mundo a voz a sala o corredor  
a capela o dialeto o nôvo o antigo  
a tribo o ocaso a ação o pôrto a viagem  
a planta a fôlha o abrigo

a língua o fôgo a ordem das palavras  
a flama a luz a lenda o mito o nome  
o Sol a Lua as letras o vazio  
o Tempo e o que consome

a flor a timidez o romanceiro  
o fantasma o tambor a chuva a sorte  
o gêlo o Sol o gêlo o gládio a tarde  
os turbilhões da morte.

# Sistema e Comunicação nas Ciências Sociais

SEBASTIÃO VILA NOVA

*“Penso que as similaridades são reais. Já ouvi dizer que as articulações dos membros de uma mosca são muito parecidas com as nossas. Por que? É que só há um modo certo de fazê-las. Assim também, só há uma lógica e uma maneira certa de planejar a organização da vida inteligente. (...) Como se o Universo estivesse seguindo a nossa lógica. Mas isso é o mesmo que pôr o carro adiante dos bois. Não é o Universo que segue a nossa lógica, mas somos nós que somos feitos de acôrdo com a lógica do Universo”.*

O astrônomo Kingsley, em  
“A Nuvem Negra”, de Fred Hoyle

*“Muitas vêzes o próprio fato de as expressões usadas pela ciência serem as mesmas que as que usamos na vida e na linguagem vulgares pode induzir em erro mais do que esclarecer, pode ser mais prejudicial à compreensão das coisas do que a gíria técnica, facilmente reconhecível”.*

J. Robert Oppenheimer

O escopo do presente trabalho é focalizar alguns aspectos do que julgamos dois grandes problemas teóricos com que se defrontam hoje as ciências sociais: a aplicação e o refinamento teórico do conceito de sistema no estudo particular dos fenômenos sociais e o desenvolvimento de um sistema de comunicação, de uma linguagem mais adequada ao estudo específico desses fenômenos. Não pretendemos com essa escolha afirmar sejam esses os mais relevantes e prioritários problemas das ciências sociais hoje. Acreditamos apenas que do equacionamento desses problemas formais depende a solução de questões mais substantivas no conhecimento científico da sociedade. Por essa razão é que focalizamos tais problemas, embora saibamos estar muitas vêzes cometendo esse pecado nem sempre tão grave no exercício da ciência, o pecado de abrir portas já abertas.

1. *A Aplicação do Conceito de Sistema nas Ciências Sociais*

Uma das premissas fundamentais na investigação científica é o pressuposto metafísico da ordenação do Universo, ou seja, de que os fenômenos observáveis são causalmente relacionados (1). A pressuposição da ordenação causal do universo, implícita no célebre princípio da razão suficiente de Leibniz, é condição necessária à explicação dos fenômenos observáveis. Dêsse pressuposto deriva a criação do conceito de sistema, como um conceito operacional eficiente na investigação e explicação dos observáveis. Embora a suposição da ordenação causal dos fenômenos observáveis constitua um postulado, e como tal empiricamente indemonstrável, esta crença talvez tenha origem na constatação de “sistemas” naturais, tais como os organismos biológicos, o sistema solar, de fenômenos observáveis como a regularidade das estações, da sucessão dos dias e das noites, dos ciclos lunares, etc. A simples constatação corriqueira de relações causais primárias deve ter sugerido a idéia de ordenação sistêmica do real objetivo. É clássico o episódio, bastante anedótico e improvável, da maçã que, caindo na cabeça de Newton, teria provocado sua célebre descoberta. Como também a estória sobre as condições em que Arquimedes teria descoberto o seu conhecido princípio. Talvez possamos deduzir que a natureza, como objeto cognoscível, desafia o homem e, ao mesmo tempo, lhe fornece modelos que lhe permitem conhecê-la e dominá-la. Porém um sistema teórico, embora derivado da constatação fenomênica de sistemas naturais, como a própria ciência, não é a realidade que ele representa. É uma abstração resultante de uma das muitas relações possíveis entre o homem e o mundo objetivo — natureza, cultura, sociedade, etc. Em outras palavras, a própria ciência resulta de um tipo particular de relação epistemológica, a qual, por uma contingência histórico-lingüístico-cultural classificamos como o que, *hic et nunc*, entendemos por Ciência.

O homem, conhecendo, cristalizando e transmitindo o conhecimento dos fenômenos observáveis através de símbolos, em particular da linguagem verbal, cria um outro “universo”. Um universo imaginário derivado do universo real. Um universo

simples, ao contrário do universo dos observáveis, que é complexo. A ciência passa então a constituir, de certo modo, um outro mundo, distinto do mundo objetivo que lhe deu origem. A natureza, a sociedade, a cultura, enfim o universo dos observáveis, com toda a sua complexidade, é real, existe objetivamente; o homem, sujeito cognoscente, também existe real e objetivamente, embora a existência e cognoscibilidade do universo e, por extensão, do próprio sujeito cognoscente constituam também postulados metafísicos. Mas a ciência em si mesma, parafraseando Durkheim, existe somente na mente dos indivíduos. Assim, o termo ciência denomina um dos vários tipos de relações possíveis entre o homem e o universo, a saber, uma forma particular de relação epistemológica: o conhecimento científico.

O cientista da natureza — o biólogo, o astrônomo, o físico, por exemplo — encontra, no próprio objeto do seu estudo, “sistemas” reais complexos que dão origem a sistemas teóricos simples, que constituem abstrações dos fenômenos observados. Nas ciências naturais, o conceito de sistema é uma decorrência, digamos, quase “natural”, da própria natureza do objeto estudado. Daí, verificada a sua eficiência operacional, tornou-se indispensável na investigação dos fenômenos naturais. Uma entidade possuidora de realidade própria, embora, como a própria ciência, abstrata. Sem a idéia de sistema a ciência não teria ultrapassado a sua fase classificatória e descritiva. Foi a apreensão e compreensão de sistemas no mundo dos observáveis que permitiu, além de sua classificação e descrição, a sua explicação.

Nas ciências sociais a aplicação do conceito de sistema encontrou um obstáculo na suposição, por parte de alguns, de que o alto nível de complexidade dos fenômenos sociais não permite a apreensão de seus sistemas, se eles existem, segundo os adeptos dessa crença. E esse foi mesmo um dos principais argumentos dos que negaram a possibilidade do conhecimento científico dos fenômenos sociais. No século XIX, as primeiras tentativas de compreensão sistêmica da sociedade resultaram na transposição de modelos dos sistemas naturais para a esfera do

social, como foi o caso da fisiologia social de Saint-Simon e das tendências mecanicistas e organicistas de análise da sociedade, nos primeiros tempos da Sociologia. Hoje sabemos que o erro dessas concepções residia precisamente na tentativa de redução dos fenômenos sociais aos sistemas do mundo natural. Os conceitos de infraestrutura e superestrutura, entre outros, também mecanicistas, na teoria de Marx, revelam a mesma tentativa de captação de sistemas no mundo social. Simmel, tomando a interação como processo fundamental estudado por todas as ciências (2), revela a mesma preocupação em analisar os fenômenos sociais a partir da apreensão e elaboração teórica de sistemas sociais. O seu estudo clássico sobre a díade como unidade básica de interação (3) é bem representativo dessa tendência. Não é nossa intenção esgotar aqui os exemplos, o que seria ocioso. A mesma preocupação de compreensão sistêmica da sociedade, da cultura e do comportamento individual tem se revelado nas várias ciências humanas através de conceitos diferentemente denominados, porém intimamente aparentados, como a idéia de Gestalt na Psicologia, de configuração e integração cultural na Antropologia, de estrutura social na Sociologia, de estrutura e conjuntura econômica na Economia, etc. A idéia central da escola funcionalista em Antropologia e Sociologia é a suposição da existência de organismos ou sistemas sócio-culturais cujo funcionamento, equilíbrio e transformação são explicados pela função dos seus vários componentes. E, mais modernamente, em que consiste afinal o núcleo da chamada corrente estruturalista, por alguns já chamada funcional — estruturalismo, tão em voga, senão no desdobramento e na sofisticação desse conceito, como instrumento teórico fundamental na investigação dos fenômenos observáveis, descobrindo-lhe novas dimensões, enfatizando e refinando certos aspectos que lhe são essenciais? O estruturalismo e sua relação genética com a idéia de sistema, ou os estruturalismos, tal a variedade de formas e aplicações assumidas por essa linha de pensamento, e pela sua complexidade, seria objeto exclusivo de um outro estudo, aqui aparecendo apenas como referência superficial, à guisa de exemplo útil ao objetivo do nosso trabalho.

Na sociologia americana a obra de Talcott Parsons, hoje classificado por alguns como estruturalista (4), destaca-se pela ênfase dada a aplicação de sistemas no estudo da sociedade, e pelos seus esforços na elaboração de sistemas teóricos que possam vir a ter utilidade na análise e explicação de fenômenos sociais complexos. Este sociólogo, com a colaboração de Shills, continuando Simmel, aperfeiçoou o conceito de díade deste último elaborando um esquema teórico dessa relação interativa básica, como modelo mais elementar de sistema social, e cujas características “estão presentes, de maneira mais complexa, em todos os sistemas sociais” (5). A partir desse modelo básico de sistema social, Parsons experimentou a elaboração de sistemas teóricos mais complexos e requintados para o estudo da sociedade (6). É oportuno lembrar que esse sociólogo, bem como os seus seguidores, tem sido alvo de acerbas críticas, das quais a mais difundida parte do brilhante quanto polêmico Wright Mills, no seu notável “A Imaginação Sociológica”. Este último, não sem ironia, classifica Parsons dentre os sociólogos americanos que ele rotula como elaboradores de “grandes teorias”, sendo, para ele, o mais destacado representante dessa tendência. Há que lembrar, contudo, que as críticas de Wright Mills a Parsons, no citado livro, se referem mais ao aspecto formal de sua obra, ou seja aos excessivos requintes de precisão conceitual, à sua logicidade às vezes desnecessariamente prolixa, a um certo virtuosismo terminológico das suas exposições, do que ao conteúdo mesmo das suas teorias, embora suas críticas impliquem, também, embora secundariamente, esse aspecto da obra de Parsons. Quanto a nós, acreditamos que, pondo de lado a discussão da validade empírica das suas teorias e dos seus esquemas analíticos, a importância maior da obra de Parsons, enfatizando os problemas de estrutura e função, reside no seu empenho de aplicação metódica do conceito de sistema no estudo da sociedade, lacuna da qual muito se resente a Sociologia, e que nos últimos anos se tem procurado superar com a tentativa de simulação de sistemas sociais empregando computadores eletrônicos. Talvez se encontre aí um caminho promissor no processo de exação da análise e da teoria sociológica. De qualquer modo, no atual estado da Socio-

logia, a obra de Parsons representa uma importante contribuição, merecedora de continuação e aprimoramento para o estudo científico da sociedade.

Digno de consideração é também o trabalho de Murdock no sentido de compreender o sistema global e os vários subsistemas de duzentas e cinquenta sociedades diferentes, com a utilização de monografias etnográficas, através do seu método transcultural, no seu "Social Structure" (7).

O caráter deducional dos sistemas, modelos, esquemas teóricos, ou, na concepção de Weber, tipos ideais, constitui um dos principais argumentos da invalidade operacional desse conceito como instrumento de análise da sociedade. Esse caráter deducional, além do já mencionado aspecto estritamente estilístico, é o foco das críticas de Wright Mills ao conteúdo teórico da obra de Parsons. Mas é o próprio Parsons quem afirma no seu "The Social System" que este "propõe-se a ser um trabalho teórico em sentido estrito" e que nele "não teve intenção de estabelecer uma relação sistemática de conhecimentos empíricos", sendo que o "tratamento sistemático de seus usos empíricos será objeto de outro trabalho" (8). E Lévi Strauss diz-nos claramente que a "noção de estrutura não se refere à realidade empírica, mas ao modelo constituído segundo ela" (9).

A argumentação da invalidade ou insuficiência instrumental do conceito de sistema a partir da sua natureza deducional é resultante da incompatibilidade dessa forma de raciocínio com o espírito da ciência contemporânea, a qual, excetuando-se as ciências exatas, se fundamenta quase exclusivamente no método indutivo. A idéia moderna de que a fidedignidade dos resultados da investigação científica depende basicamente da indução tem sua origem e explicação histórica no inegável sucesso do emprêgo do método indutivo nas ciências naturais a partir de Francis Bacon. O que, em outras palavras, significa que o próprio raciocínio indutivo, como hábito de pensamento, representa acidentalmente um valor cultural no âmbito do consenso e da comunidade dos cientistas de hoje. Um valor próprio e característico da configuração histórico-cultural específica do chamado mundo ocidental no presente. E, se encararmos

o raciocínio dedutivo nessa perspectiva, se o admitirmos como um dos muitos valores dentro do que, um tanto vagamente, denominamos cultura ocidental, essa forma de raciocínio e o método dela proveniente não são absolutos, por mais eficientes que se tenham revelado na investigação científica de determinadas áreas do mundo empírico, a partir da Idade Moderna. Essa constitui uma das questões fundamentais da sociologia do conhecimento e, porque não dizê-lo, de uma sociologia da sociologia, cada vez mais necessária. O êxito do método indutivo nas ciências naturais, não é indicador suficiente de eficiência absoluta desse método na investigação da totalidade do mundo dos observáveis. E mesmo essa eficiência, embora já empiricamente comprovada, não é excludente da validade da dedução como meio de conhecimento do real empírico. Essa é uma questão do âmbito da teoria do conhecimento, a qual não nos é possível furta no nosso raciocínio. Henri Mendras, indo além da própria dedução, nos lembra que "saber o que é um elemento e a relação entre dois ou vários elementos, deve estar na ordem da intuição do pesquisador" (10). Como negar que "os fatos disciplinam a razão, mas a razão é a guarda avançada de todo conhecimento" (11), como nos adverte Wright Mills? E afinal, qual o sentido das entrelinhas da célebre frase de Marx no seu prefácio ao "O Capital", quando afirma que "na análise das forças econômicas não se pode empregar o microscópio nem reativos químicos" e que "a capacidade de abstração há de substituir esses meios" (12)? Parece-nos que a negação da aplicabilidade e operacionalidade de sistemas teóricos no estudo da cultura e da sociedade a partir do seu caráter deducional é, provavelmente, um resquício bastante acentuado do positivismo e do naturalismo do século XIX, do qual nasceram as ciências sociais. A esse respeito é oportuno lembrar o que nos diz o físico Carlo Borghi, ao lembrar que o empirismo exclusivo, do qual nasceu o positivismo, implica "a enorme contradição, ou o enorme paradoxo, que a ciência teria de recusar de aceitar a lógica, pois a lógica nem é objeto de experiência sensorial nem se pode medir" (13).

Permita-nos o leitor mais algumas palavras sobre o método indutivo na ciência moderna. Sem dúvida alguma o procedi-

mento indutivo é uma das características, senão a principal, do que hoje denominamos método científico. Mas quem nos pode negar o direito de ainda, e mais uma vez, indagar: o que é método científico? Analisando a questão do ponto de vista cultural, poderemos afirmar que o que chamamos método científico não é senão um conjunto de técnicas, crenças, hábitos de pensamento, valores e mais alguma coisa, os quais, tendo emergido da experiência dos que nos antecederam e sendo cristalizados num dado segmento do nosso "continuum" cultural — a cultura ocidental e acidental (permitam-nos o trocadilho) do presente — constitui um valor que se torna funcional em relação a sua cultura na medida em que ela o utiliza na explicação do universo empírico e o transforma em tecnologia necessária ao seu equilíbrio e integração, bem como a satisfação das necessidades individuais dos seus membros. O que significa que a ciência, e os métodos que nela se utilizam, constituindo um valor cultural, tem a justificação de sua legitimidade, por parte dos que a exercem e dela se utilizam, na sua funcionalidade em relação à configuração cultural da qual emergiu, ou, em outras palavras, na sua adequação a uma dada configuração cultural. O que denominamos, *hic et nunc*, método científico, em que pese a comprovada eficiência de determinados processos de investigação, não é mais que um método científico: o nosso método científico no presente. Pois, assim como a Grécia Antiga, por exemplo, e a Europa Medieval tiveram seus "métodos científicos", como quer que tenham sido acidentalmente denominados; como provavelmente alguma civilização do futuro terá seu próprio método científico, assim também temos hoje o nosso método científico, o método científico da nossa época e da nossa cultura. E indo um pouco mais além, se encaramos a questão desse ponto de vista gnoseológico, se abstraímos da palavra "ciência" as suas conotações semânticas do presente, podemos dizer que mesmo o chamado homem primitivo tem, no seu "pensée sauvage", o seu "método científico", a sua "ciência" do universo, qualquer que seja a feição e a função dessa "ciência" na configuração sócio-cultural específica da qual emergiu.

Aqui nos deparamos de novo com uma questão crucial do âmbito da Sociologia do Conhecimento, a qual já nos referimos: a ciência, como todas as formas de conhecimento, pertencendo ao universo da cultura, é, ou deve ser, ela própria, objeto de investigação científica. Numa perspectiva histórico-cultural, a ciência, existindo objetivamente, embora na mente do homem, seu criador, é, potencialmente, objeto de si mesma. Obviamente, a emergência dessa questão só se tornou possível, ao menos nesses termos, com o aparecimento das ciências da sociedade e da cultura. E quem sabe não seja esta uma questão fundamental para o desenvolvimento de uma ciência social mais "científica"? Quem sabe não estejam a Filosofia das Ciências, a Metodologia Científica e sobretudo a Cibernética caminhando progressivamente para uma aparentemente paradoxal, porém cada vez mais necessária, Ciência da Ciência? Quem sabe não venha a ser esta precisamente a Ciência do futuro? Quem sabe não estejam os chamados estudos interdisciplinares, hoje tão freqüentes, antecipando e contribuindo para a construção desta hipotética, porém possível, Ciência do futuro? São questões. Apenas questões que, embora fujam ao objetivo central deste trabalho, embora sua resposta escape à nossa competência, temos aqui o direito de formulá-las.

Do condicionamento do cientista pela cultura no ofício de sua vocação nasce a mais perigosa e sutil forma de etnocentrismo do qual o cientista social, este diligente porém ainda necessário "empalhador" de fatos sociais — permitam-nos a hipérbole — é, talvez, dentre os cientistas, a maior vítima no presente. Expliquemo-nos: há o tipo de etnocentrismo, bastante óbvio, do cientista que é condicionado pelos valores de sua cultura na escolha dos temas e, até mesmo, nos resultados de suas pesquisas, como é o caso dos cientistas em geral; há o tipo de etnocentrismo do cientista que tem nos valores culturais, simultaneamente, o objeto e o obstáculo maior de seus estudos, como é o caso particular do cientista social; e há, finalmente, e aqui se põe o foco da nossa discussão, o etnocentrismo que impede ao cientista a consciência da eventualidade histórico-cultural dos próprios instrumentos de que se utiliza no seu trabalho. Foi a aguda consciência dessa questão crucial para o desenvolvimen-

to das ciências sociais que levou Pauwels e Bergier a nos advertirem da premente necessidade de um Copérnico nas ciências humanas de hoje (14).

Um outro argumento da ineficiência dos sistemas teóricos aplicados no estudo dos fenômenos sócio-culturais consiste na afirmação de que tais esquemas são representações estáticas de sistemas empíricos essencialmente dinâmicos. Mas é conveniente lembrar que o conceito de sistema e, em consequência, os esquemas teóricos elaborados para fins analíticos a partir desse conceito, não exclui os aspectos ou qualidades dinâmicas dos sistemas empíricos. Um sistema é um “conjunto de elementos entre os quais existem relações tais que qualquer modificação de um elemento ou de uma relação provoca a modificação de outros elementos e relações, e portanto do conjunto” (15). Donde se infere que a idéia de sistema implica necessariamente ação e reação, isto é, interação entre os elementos que o compõem. O problema se põe, a nosso ver, em que um sistema teórico é tanto mais verdadeiro — e aqui nos referimos à verdade no seu sentido tomista — quanto mais adequadamente compreenda a condição necessária à existência de todo e qualquer sistema empírico, a saber, a interação. Daí por que Parsons, ao elaborar seu “esquema conceitual para a análise dos sistemas sociais” tomou como “base de referência a ação” (16) (o grifo é nosso). Assim, a suposta inadequação do estudo sistêmico da sociedade com a natureza essencialmente dinâmica desta, com os seus processos, em particular com os problemas de mudança social, é uma suposição logicamente falsa, decorrente da compreensão inexata ou insuficiente, e até mesmo da ignorância do conceito de sistema.

Apesar dos esforços dos modernos estruturalistas, de Parson, Murdock e outros, o problema da apreensão, elaboração formal e sofisticação de sistemas teóricos profícuos no estudo específico dos fenômenos sociais continua uma promessa e um desafio para o sociólogo do nosso tempo.

Expomos, nesta primeira parte do trabalho, as razões pelas quais acreditamos que o conceito de sistema é um instrumento necessário — embora não suficiente — e indispensável à ex-

plicação causal dos observáveis e que sem esse conceito operacional a Ciência teria estagnado nas suas fases classificatória e descritiva, e que, por este motivo, se faz indispensável a sua aplicação no conhecimento científico da sociedade e da cultura.

Quanto ao problema da linguagem das ciências sociais, no momento constatamos apenas a precariedade e insuficiência da linguagem verbal, ou algumas inconveniências dessa linguagem no processo contínuo de exação conceitual indispensável ao desenvolvimento de qualquer ciência. E é dessa questão que trataremos a seguir.

## 2. *A Linguagem das Ciências Sociais*

Da constatação de que o universo é diferenciado, isto é, de que os objetos, qualidades, fatos e relações de que é constituído são diferentes entre si, emerge a necessidade de criar símbolos que signifiquem essas diferenças. O sistema de símbolos que denominamos linguagem emerge dessa necessidade, da possibilidade do homem emitir sons articulados, bem como da sua capacidade de criação e interpretação de símbolos, atribuindo-lhe significados. A linguagem constitui uma classificação dos objetos, qualidades, fatos e relações de que é composto o universo do homem. Atribuindo diferentes nomes às diferentes coisas que o cercam, o homem classifica. As chamadas escalas nominais têm sua origem na necessidade primária de expressar a diferenciação essencial do universo através de símbolos. Por isso a linguagem constitui, em si mesma, *latu sensu*, uma ciência do Universo. E, como toda criação humana, como a própria ciência, passa a ter existência própria, constituindo um outro universo, um mundo dentro de outro mundo, o chamado mundo verbal, uma outra realidade, embora apenas na mente dos indivíduos, distinta da realidade objetiva que lhe deu origem. Daí decorre o fato de que a linguagem, constituindo ela mesma um universo e um sistema objetivo criado pelo homem, condiciona a sua percepção, o seu conhecimento, a sua ciência do universo, já que é principalmente a partir do mundo verbal que ele conhece o que lhe cerca. Mas, admitindo o pressuposto metafísico de que o universo é ilimitado como

realidade cognoscível, o homem tem necessidade de criar sempre novos símbolos que signifiquem os novos objetos, qualidades, fatos e relações percebidos no seu universo.

O cientista, no seu ofício de buscar consciente e metódicamente a apreensão de objetos, fatos, qualidades e relações até então desconhecidos, não somente introduz no conhecimento cristalizado como ciência novos elementos, como também, e isto é o que nos interessa na presente discussão, provoca uma desorganização no sistema de comunicação estabelecido e organizado, a partir de uma configuração específica de conhecimento histórica e culturalmente determinada. Em outras palavras, a intromissão de um novo conhecimento tende a provocar uma rutura no sistema de símbolos preexistente, pelo fato de que, apreendida uma relação — objeto, condição ou relação até então despercebidos, se faz necessário denominá-los. Como o conhecimento é condicionado, até mesmo determinando pelo mundo verbal, o homem oscila entre duas alternativas principais: o emprêgo metafórico de um símbolo preexistente ou a criação de um novo símbolo.

Esse não é um problema exclusivo do cientista. É um problema de todos os homens. É um problema do artista. São os chamados sentimentos e sensações sem nome. As experiências ditas inefáveis dos místicos. São os universos semânticos pessoais dos grandes escritores e poetas do porte de um Mário de Andrade, um Joyce, um Guimarães Rosa. Nesses artistas, os neologismos, as inovações sintáticas não resultam de puro virtuosismo estilístico ou de malabarismos formais, mas são ruturas da linguagem cristalizada decorrentes da constatação da insuficiência de um sistema de símbolos preestabelecidos para expressar novas experiências com o mundo, novos conhecimentos do Universo.

Mas arte e ciência, embora sendo formas de conhecimento de um universo comum, diferem fundamentalmente quanto aos seus fins e meios. O tipo de conhecimento que busca o artista não é o mesmo que procura o cientista, nem os meios, os métodos, as técnicas, os recursos empregados na consecução dessas formas de conhecimento são iguais. E aqui o que nos interessa

é a atividade do cientista. Aquêles que se ocupam das ciências da natureza habituaram-se a, quase sempre, resolver o problema da denominação de conhecimentos emergentes, recorrendo a símbolos verbais cuja distância no espaço, no tempo e na cultura, permite minimizar a possibilidade de equívocos semânticos, conferindo novos conteúdos àqueles símbolos. A introdução de palavras pertencentes a línguas há muito extintas em um universo lingüístico do presente, atribuindo-lhes novos conteúdos, equivale a ressurreição dessas palavras como se fôsem novas, funcionando mesmo como neologismos no universo vocabular estratificado do presente. É de novo um novo símbolo, significando uma coisa nova. O mesmo se pode dizer dos neologismos propriamente ditos que são derivados de vocábulos das chamadas línguas mortas. Já o emprêgo metafórico de símbolos pertencentes ao sistema de linguagem e conhecimento do presente, quer este conhecimento seja científico ou vulgar, dá margem a distorções derivadas das várias conotações, alheias ao novo significado imputado, e das quais, possivelmente, o símbolo está impregnado. Ora, a polivalência de significado geralmente é motivo de satisfação para o poeta, pela riqueza de significação que esta polivalência pode conferir a determinadas palavras. E o poeta, consciente dessa possibilidade busca exatamente as múltiplas conotações que se tornam expressivas para a poesia, e delas tira proveito. Mas, se para o poeta essas conotações de significado podem ser vantajosas, para o cientista é um desastre. Ao cientista interessa a denotação. Usando uma feliz imagem do jovem poeta Jaci Bezerra, um símbolo novo para uma nova experiência é como se fôsse uma caixa que, segura e totalmente fechada, contivesse o novo conceito, sem que este tivesse possibilidade alguma de escapular, de transbordar, de fugir do seu continente, e sem que outros conteúdos pudessem penetrá-la. O mesmo não acontece com a metáfora lingüística. Esta, ao contrário, é como se fôsse uma caixa velha, usada e insegura, abrigando antigos resíduos, deixando vaziar e escapular o conteúdo que nela se põe à força, e se deixando invadir por outros conteúdos indesejados.

Pode parecer, e às vezes realmente o são, um tanto formalistas e até mesmo bizantinas as discussões que têm como foco

terminologias científicas. Mas, não é demais lembrar que, nesses debates, o que se discute, em última análise, não são os termos, mas os seus conteúdos, os conceitos que simbolizam com maior ou menor exatidão. A importância dos termos, não é demais repetir, repousa na sua função significativa como símbolo dos conceitos. Daí a relevância da precisão terminológica no exercício da ciência e a importância das discussões que objetivam o grau dessa precisão.

Nas ciências sociais, acreditamos, essa questão se põe com mais relêvo, ao menos no presente, pelo fato de dependerem da linguagem verbal em grau mais elevado que as ciências da natureza. O uso de símbolos com significado intencional para denominar novos conceitos tem sido um hábito bastante generalizado e difundido no trabalho acentuadamente descritivo do cientista social. Cremos que esse hábito tem dado margem a inúmeros equívocos, discussões ociosas e ao surgimento de falsas questões teóricas. Talvez um grande número de questões da teoria sociológica não sejam mais que frutos dessa contingência lingüística, ou seja, da dependência da sociologia em relação a um sistema de símbolos cristalizado e estabelecido, bem como da incapacidade dos sociólogos de desenvolverem ou adotarem um sistema de comunicação mais adequado à especificidade do seu objeto de estudo. Por exemplo, a definição do que chamamos de espaço social e de seus conceitos derivados foi objeto de especulação por parte de pensadores do passado, como Descartes, Hobbes, Leibniz, e de sociólogos como Durkheim, Park, Bogardus e Von Wiese (17). Mais recentemente, Sorokin, ocupando-se do estudo particular dos conceitos de tempo e espaço sócio-cultural, intentou apreender e definir a especificidade desses conceitos. No entanto, forçoso é dizê-lo, o problema, aparentemente ocioso, permanece uma questão aberta na teoria sociológica, pelo fato de que os termos “tempo” e “espaço” como os seus derivados “distância”, “contacto” e “isolamento” e “posição” simbolizando conceitos referentes a uma realidade diversa do mundo físico e cronológico do qual foram tomados por empréstimo, não passam de metáforas. E uma metáfora, lingüística ou literária, não passa de uma metáfora. São as “caixas” usadas das quais fala o poeta Jaci Bezerra.

Vejamos ainda: se indagamos, por exemplo, qual a duração de tempo necessário a uma relação interativa para que esta se constitua um sistema social, a dificuldade de responder a essa questão resulta, simplesmente, do fato que o conceito fundamental da questão está simbolizado metafóricamente, porque, evidentemente, estamos nos referindo a um “tempo” social. E, por esta razão, mesmo depois do clássico estudo de Sorokin sobre tempo sócio-cultural (18), ainda nos julgamos no direito de perguntar: o que é tempo sócio-cultural?

A criação ou adoção de uma linguagem menos ou não metafórica, em outras palavras, denotativa, mais adequada ao estudo particular dos fenômenos sociais, representaria um avanço no conhecimento científico da sociedade e da cultura, no sentido em que permitiria uma maior exatidão conceitual e evitaria a imprecisão e pluralidade de significados dos símbolos, fonte de tanta verbosidade pseudo-científica.

Sigmund Freud, sem dúvida um homem de gênio, foi bastante inteligente até mesmo na escolha de palavras latinas para denominar certos conceitos básicos na sua teoria. Id, Ego, Superego, Libido, embora não sejam neologismos, constituem novos símbolos, nos quais a margem de distorções semânticas possíveis é minimizada pela sua distância no espaço, no tempo e na cultura, e pela isenção de conotações estranhas ao novo conceito atribuído. Escolhendo aqueles símbolos e atribuindo-lhes significados extensionais o grande cientista evitou a emergência de falsas questões, oriundas das conotações decorrentes do uso corriqueiro das palavras. Provavelmente isso não teria acontecido se o mestre de Viena tivesse escolhido símbolos do universo semântico de sua época e de sua cultura.

Tudo isso nos leva a crer que um dos problemas teóricos fundamentais nas ciências sociais localiza-se precisamente na área da comunicação, mas propriamente, da Semântica. Talvez a lógica simbólica seja uma esperança na solução desses problemas. O que, agora, nos interessa, mais que apontar caminhos, é indicar apenas alguns problemas e questões que julgamos cruciais no desenvolvimento das ciências sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — GOODE, William J. & HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1969, pp. 28-9.
- 2 — Apud PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo, Melhoramentos, 1964, p. 174.
- 3 — SIMMEL, Georg. "O indivíduo e a diáde". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, pp. 128-35.
- 4 — Vide PIAGET, Jean. *O estruturalismo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 82-3.
- 5 — PARSONS, Talcott & SHILLS, E. A. "A interação social". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional 1968, pp. 125-7.
- 6 — PARSONS, Talcott. "Os componentes dos sistemas sociais". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, pp. 56-9.
- 7 — Apud MENDRAS, Henri. *Princípios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1969, p. 137.
- 8 — PARSONS, Talcott. "Os componentes dos sistemas sociais". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, p. 56.
- 9 — Apud MENDRAS, Henri, op. cit., p. 134.
- 10 — Idem.
- 11 — MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1969.
- 12 — Apud COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editôra Civilização Brasileira, 1970, pp. 34-5.
- 13 — BORGHI, Carlo. "A posição da ciência na filosofia do homem". *Estudos Universitários*, Recife, 6 (1): 114, jan./mar. 1966.
- 14 — PAUWELS, Louis & BERGIER, Jacques. *O despertar dos mágicos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- 15 — MENDRAS, Henri, op. cit., p. 248.
- 16 — PARSONS, Talcott. "Os componentes dos sistemas sociais". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional 1968, p. 56.
- 17 — SOROKIN, Piritin A. "Espaço social, distância social e posição social". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, p. 223.
- 18 — ———. "O tempo sócio-cultural; características preliminares do tempo sócio-cultural". In — CARDOSO, F. H. & IANNI, Otávio. *Homem e sociedade*. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1968, pp. 231-5.

## Perspectivas do Homem na Obra de Camus

JOSÉ RODRIGUES DE PAIVA

### I — "O ESTRANGEIRO"

(O Homem Solitário)

Em 21 de fevereiro de 1941, Albert Camus escreveu nos seus *Cadernos*: "Terminado *Sisyphé*. Os três Absurdos estão acabados". Em 1943, quando êle terminasse de escrever a peça *O Mal-Entendido*, o ciclo do absurdo estaria completo.

*Calígula*, inicia a meditação de Camus sôbre o absurdo: a ausência de sentido da vida e de um mundo "onde os homens morrem e não são felizes".

Calígula, o imperador romano, mergulha no absurdo a partir da morte de Drusilla, sua irmã e amante. Descobre a falsidade do mundo, a mentira em que tudo vive mergulhado e resolve estabelecer a verdade pela fôrça. Instala-se o terror: as execuções são organizadas em listas arbitrárias, a única lei que deve ser respeitada é a vontade de Calígula, que todos consideram louco. E surge a conspiração, a revolta das vítimas, dos oprimidos e, conseqüentemente, a morte de Calígula.

Calígula não é um louco. É apenas um homem acometido por um "delírio lógico" e que descobriu na morte o absurdo da existência. Êle queria ser um homem justo, mas diante da inutilidade da vida, todos os valores éticos desaparecem, vale apenas a sua vontade, a lei da sua palavra, a sua verdade que é preciso fazer valer a qualquer preço.

*O Estrangeiro* continua a análise iniciada em *Calígula*. Mersault é um jovem empregado de escritório em Argel. Cer-

to dia recebe um telegrama: "Sua mãe falecida. Entêro amanhã. Sentidos pêsames". Ele vai ao entêro da mãe no asilo de velhos onde ela estava. Não derrama uma lágrima. No dia seguinte, toma um banho de mar, na praia, encontra Maria Cardona, uma antiga companheira de escritório. À noite, os dois vão ao cinema, ver um filme com Fernandel. Maria Cardona vai à casa dêle, tornam-se amantes. Mais tarde, Mersault, por acaso, trava relações com Raymond Sintés, um vagabundo que vive à custa de mulheres e, num domingo, na praia, vê-se envolvido numa briga de Raymond com dois árabes e acaba matando um deles "por causa do sol".

É com o assassínio do árabe que tudo principia. Mersault é prêso e condenado à morte. A cêrteza do fim da existência, dá-lhe a conhecer tôda a felicidade que êle poderia ter desfrutado no mundo. Surge a revolta. Revolta-se contra o padre da cadeia que o queria forçar a aceitar Deus, revolta-se contra o mundo que o condena estúpidamente... Mas ainda assim imagina-se feliz: "Como se esta grande cólera me tivesse limpo do mal, esvaziado da esperança, diante desta noite carregada de sinais e de estrêlas, eu abria-me pela primeira vez à terna indiferença do mundo. Por o sentir tão parecido comigo, tão fraternal, senti que fôra feliz e que ainda o era. Para que tudo ficasse consumado, para que me sentisse menos só, faltava-me desejar que houvesse muito público no dia da minha execução e que os espectadores me recebessem com gritos de ódio".

Êste derradeiro grito de Mersault, que transmite todo o absurdo da vida e que desconcertou muita gente (ninguém podia imaginar um homem que se sentisse feliz diante da morte e que se regozijasse com os espectadores que o recebessem com gritos de ódio), será retomado no *Mito de Sísifo*: "Deixo Sísifo na base da montanha! Tornamos a encontrar sempre o nosso fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e levanta os rochedos. Também êle julga que tudo está bem. Êste universo doravante sem dono não lhe parece nem estéril nem fértil. Cada grão dessa pedra, cada lasca mineral dessa montanha grávida de noite, por si só constitui um mundo. A luta em direção aos píncaros em si mesma basta para encher um coração de homem. É preciso imaginar Sísifo feliz".

"É preciso imaginar Sísifo feliz", mesmo que essa felicidade seja fundada na angústia do eterno castigo a que os deuses o condenaram. Sísifo terá que levar o seu rochedo até o cume da montanha de onde êle rolará inevitavelmente. É êsse o seu castigo: um trabalho inútil e sem esperanças. Mersault é também um Sísifo feliz. Diante da morte a que foi condenado pelos homens, resta-lhe gozar o pouco de felicidade que ainda pode existir na vida.

Só com a publicação de *O Mito de Sísifo*, foi *O Estrangeiro* compreendido integralmente. Mersault é a encarnação viva de Sísifo, um mito que Camus trouxe da Grécia para representar o absurdo.

É ainda no *Estrangeiro* que se encontra o embrião da peça que constituirá a última etapa do ciclo do absurdo: *O Mal-Entendido*.

Mersault encontrou na prisão, "entre a enxerga e as tábuas da cama, (...) um velho bocado de jornal, amarelecido e transparente, quase colado ao pano. Relatava um acontecimento cujo início faltava, mas devia ter sucedido na Checoslováquia. Um homem partira de uma aldeia para fazer fortuna. Ao fim de vinte e cinco anos, rico, regressara casado e com um filho. A mãe dêle, juntamente com a irmã, tinham uma estalagem na aldeia. Para lhes fazer uma surpresa, deixara a mulher e o filho noutra estalagem e fôra visitar a mãe que não o reconheceu. Por brincadeira, tivera a idéia de se instalar num quarto como hóspede. Mostrara o dinheiro que trazia. De noite, a mãe e a irmã tinham-no assassinado à martelada e atirado o corpo para o rio. No dia seguinte de manhã, a mulher do desgraçado viera à estalagem e revelara, sem saber, a identidade do viajante. A mãe enforcara-se. A irmã atirara-se a um poço".

Por tôda a obra de Camus, sente-se passar um sôpro de tragédia grega, mas no *Mal-Entendido*, êsse sôpro é mais acentuado do que em qualquer outro dos seus livros. Em tudo se adivinha a tragédia. Desde o cenário da peça: uma estalagem numa aldeia da Checoslováquia ("êsse país fechado e espêso

onde o céu não tem horizontes”), à atmosfera sufocante e ao modo de agir das personagens que obedecem cegamente ao impulso do destino. Sente-se que reina sobre Camus o espírito grego.

A fatalidade domina tôdas as vidas. É preciso que Jan não se dê a conhecer para que seja assassinado por sua mãe e sua irmã. É para que a tragédia seja completa, depois do assassinato, Maria, a esposa do morto, surgirá e revelará sua verdadeira identidade e o suicídio será o único caminho que as duas assassinas poderão tomar. A peça termina assim, como uma verdadeira tragédia grega. É quase impossível não pensar em *Édipo* ou em *Electra*.

O ciclo do absurdo está completo. Camus tomará agora uma nova posição filosófica. Mas voltemos ao *Estrangeiro*, já que é dêsse livro que nos ocupamos por enquanto.

Já vimos em rápidas palavras em que consiste o arcabouço do livro. Logo às primeiras linhas, a voz de Mersault soa-nos de modo estranho, reconhecemos de imediato que estamos diante de um livro diferente de tôda a literatura que se produzia em 1942, quando êle foi publicado. Um livro que, como diz Sartre, “no meio da produção literária dêsse tempo (...) era êle próprio um estrangeiro”.

A primeira parte do *Estrangeiro*, decorre entre a morte da mãe de Mersault e o assassinio do árabe. Mersault parece-nos um homem frio, completamente insensível, incapaz de qualquer emoção. Internou a mãe num asilo de velhos, porque o seu ordenado era modesto e além disso, já “nada tinham a dizer um ao outro”. Não a visitava, porque isso tomava-lhe o domingo, “sem contar o esforço para ir até ao autocarro, comprar bilhetes e fazer duas horas de viagem”. Quando ela morreu, Mersault foi ao asilo e durante o velório, fumou, bebeu café, chegou mesmo a dormir sentado na cadeira, mas não derramou uma única lágrima. No entêrro, preocupava-se com o sol, admirava-se da rapidez com que êle subia no horizonte, a maneira como o calor derretia o alcatrão, mas não teve um só pensamento para a mãe. No dia seguinte, por não ter mais que fa-

zer, foi tomar um banho de mar e encontrou Maria Cardona, uma antiga datilógrafa do escritório que êle “desejara em tempos”. À noite, os dois foram ao cinema, depois, Maria foi à casa de Mersault, iniciam uma relação amorosa, mas quando ela lhe pergunta se êle a ama, Mersault responde-lhe que “isso nada queria dizer, mas que talvez a não amasse”. Mersault trava conhecimento com Raymond Sintés, que o leva a passar um domingo na praia em casa de um amigo. Na manhã dêsse domingo vê-se envolvido numa briga de Raymond com dois árabes. Raymond havia-lhe emprestado um revólver e ao ver o clarão do sol refletido na navalha que um dos árabes segurava, disparou contra êle. Talvez numa visão antecipada do seu destino futuro, Mersault sentiu naquêles disparos a força de “quatro breves pancadas à porta da desgraça”.

Após a leitura do livro, Max Jacob deu esta definição do *Estrangeiro*: “estudo de um homem insensível às realidades presentes”. Morvan Lebesque, crítico literário e biógrafo de Camus corrigiu esta definição: Mersault não é um homem “insensível”, é um homem “ausente”. Realmente, a Mersault, pouco importa de onde sopra o vento, para êle, “tudo está bem debaixo do sol”. A sua frase habitual é “tanto me faz”. Mesmo quando se trata de resolver uma questão que se convencionou chamar “importante”, de tomar uma decisão “para tôda a vida”, Mersault é um homem ausente. Por isso, êle casaria com Maria Cardona se ela quisesse, mesmo sabendo que não a amava. Para êle, isso não era importante.

A segunda parte do livro, vai desde a prisão de Mersault à sua condenação à morte. As balas que disparou contra o árabe, foram realmente pancadas à porta da desgraça. Entretanto, a sua desgraça maior não foi propriamente haver cometido um homicídio, mas o fato de não saber mentir. Mersault poderia ter sido absolvido se fôsse um homem que se pudesse enquadrar dentro de uma classificação de homens comuns. Mas êle não é um homem comum, é um homem que não sabe mentir, que não consegue absorver a falsidade do mundo, misturar-se com ela, é em última análise, um inocente. E, paradoxalmente, é essa inocência que o condena.

No decorrer do julgamento, tôda a vida pregressa de Mersault vem à tona. O juiz, o promotor, o corpo de jurados, todos se escandalizam ao saber que Mersault internou a mãe num asilo de velhos, que fumou e bebeu café durante o velório, que não chorou no entêrro, que no dia seguinte tomou um banho de mar e foi ao cinema com uma mulher que se tornou sua amante, e que, finalmente, matou um árabe “por causa do sol”. Um monstro! Êste homem é um monstro! É o grito geral. E todos se sentem ameaçados, êste homem é um perigo para a humanidade, é preciso condená-lo. Mersault passou assim a ser julgado não mais por haver assassinado um árabe, mas por ter uma conduta que não se coaduna com os padrões comuns da conduta humana. Será condenado por não ser hipócrita.

Mesmo quando se trata da sua vida, Mersault é um homem ausente. Enquanto no tribunal os homens se empenham em condená-lo a todo custo, êle não se dá conta do seu destino. Ouve a buzina do vendedor de gelados, lembra-se dos odores do verão, do bairro que amava, do riso e dos vestidos de Maria. Mersault é um homem adormecido que só despertará com a revolta, a revolta que virá com a sua condenação.

Mersault foi condenado à morte “em nome do povo francês”. Enquanto espera o dia da execução, recebe a visita do capelão da cadeia que tenta conduzí-lo à fé cristã, leva-lhe a promessa de uma vida eterna e feliz. É então que surge a revolta, Mersault finalmente acordou. Terá que morrer fiel aos seus princípios e a si próprio, por isso, agride violentamente o padre, rejeita a “esperança” que êle lhe traz. Descobre súbitamente que havia felicidade no mundo e que a vida, apesar de monótona, apesar dos domingos aborrecidos em que não havia nada para fazer, era bela e merecia ser vivida. Mas é tarde demais. Amanhã será a execução, restam-lhe apenas algumas horas, no entanto, ainda há tempo de se abrir “à terna indiferença do mundo”, ainda há tempo de tudo reviver. Êle compreende agora porque sua mãe, nos últimos anos de vida arranjara um “noivo” no asilo: era de certa maneira um modo de recomençar. Havia felicidade, sim, e enquanto houvesse vida, essa felicidade existiria. Para que tudo fôsse completo, restava-lhe

desejar que houvesse muito público no dia da execução e que os espectadores o recebessem com gritos de ódio.

Mersault cumpriu o seu destino, empurrou o seu rochedo até ao cume da montanha. É um Sísifo feliz e solitário, um homem que não conseguiu entender o mundo e que o mundo se recusou a entender, um homem que se condenou a si próprio pela verdade e pela inocência.

## II — “A PESTE”

### (O Homem Solidário)

O absurdo na obra de Camus, representa apenas um ponto de partida. O segundo ciclo da sua produção literária, tem por tema central, a revolta e a solidariedade dos homens lutando contra o mal. *A Peste, o Estado de Sítio, Os Justos*, são as obras em que Camus desenvolve êsse tema. Do individualismo solitário de *O Estrangeiro*, êle partiu para a solidariedade dos homens que lutam contra um inimigo comum: a peste.

A ação do romance (talvez fôsse melhor dizer da crônica, que é como o próprio Camus lhe chama), passa-se na época contemporânea, num ano impreciso da década de 40. Na manhã do dia 16 de abril, o Dr. Bernard Rieux encontrou um rato morto à porta do seu consultório. À noite, no corredor do edifício onde morava, viu um segundo rato morrer deitando sangue pela bôca. No dia seguinte, o porteiro do edifício encontrou mais três ratos mortos. Eram os primeiros ratos da peste, as primeiras vítimas do flagelo. Daí em diante, os ratos aparecerão às dezenas, centenas, milhares, num crescendo surpreendente e assustador, até surgir a primeira vítima humana: o porteiro; morto com os gânglios inflamados de maneira estranha. Os homens começarão então a adoecer e morrer na mesma proporção em que morriam os ratos.

Depois de alguns estudos sôbre a morte dos ratos e das pessoas, a palavra “peste” é pronunciada pela primeira vez. Ela soa de modo estranho aos ouvidos de todos. Acreditava-se que essa doença há muito havia desaparecido do Ocidente. As

autoridades a princípio recusaram-se a aceitar o fato, por fim, a cidade é fechada, declara-se a quarentena.

Organizam-se comissões sanitárias para combater o mal que a todos ameaça e apavora. Bernard Rieux, médico; Joseph Grand, empregado da Câmara Municipal; Jean Tarrou, um indivíduo misterioso, que ninguém sabe ao certo de onde veio, todos lutam unidos contra o mesmo inimigo. Raymond Rambert, um jornalista que fôra a Oran para fazer uma reportagem, procura por todos os meios fugir da cidade em que foi decretado o “estado de peste”. Para êle, aquela é uma história que não lhe diz respeito. Mas, quando tem oportunidade de deixar a cidade, sente alguma coisa estranha e poderosa que o obriga a ficar. Pede a Rieux para trabalhar a seu lado, já não quer ir embora, porque descobriu que “pode haver vergonha em ser feliz sozinho”. Rieux diz-lhe que “não era vergonha preferir a felicidade”, no entanto, êle próprio renuncia à sua felicidade: sua mulher havia deixado a cidade para tratamento de saúde pouco antes do aparecimento da peste. Com a posição privilegiada que tinha em Oran, Rieux não estava obrigado à quarentena; poderia deixar a cidade e unir-se à sua mulher, mas não o faz. Êle sabe que acima da felicidade individual, está a felicidade de todos. É preciso que cada um sacrifique um pouco de si próprio para que todos sejam felizes.

Mas nem todos lutam contra a peste. Cottard, um criminoso que tentara o suicídio porque estava sendo perseguido pela polícia, vê na desordem que a epidemia trouxe à cidade, o meio de escapar à justiça e continua a fazer os seus “pequenos negócios”. Cottard não será atingido pela doença. Tarrou pergunta-lhe porque êle não se junta a êles para ajudar a combater a peste, ao que êle lhe responde: “Não é o meu trabalho. De resto, sinto-me bem na peste. Não vejo por que havia de me empenhar em fazê-la cessar”.

O título do livro *A Peste* — dá margem a diversas interpretações. Charles Moeller vê nêle quatro significados diferentes: 1º) a peste seria uma “epidemia medicinal: fere ao acaso, cresce de maneira caprichosa, anula os esforços dos médicos, diminui e por fim desaparece bruscamente”; 2º) a peste

simbolizaria a guerra, a ocupação nazista; Oran seria a França ocupada pelos alemães (“*La Peste* não é um romance, e sim uma crônica, a crônica da geração que viveu a guerra de 1939-1945”); 3º) a peste significaria o mal no mundo, o sofrimento dos inocentes; 4º) a peste não seria apenas o “sofrimento dos inocentes, mas também um mal *moral*”. É neste sentido que se deve entender a posição tomada por Cottard diante da epidemia. Êle não foi contagiado pela doença, mas moralmente é também um pestífero. É ainda neste sentido que se devem entender as palavras de Tarrou: “Sei com plena certeza que cada um leva consigo a peste”. Essa peste que cada um levava dentro de si, não era tanto o mal que atacava o corpo, mas um flagelo que destruía a alma.

A posição de Camus diante do problema da religião, sempre foi objeto de muitas discussões. Camus era ateu, não porque desprezasse Deus e as religiões, mas porque, conforme êle próprio confessou, nunca conseguiu penetrar a fé cristã. Citemos novamente Charles Moeller que é um crítico literário católico: “Camus nunca se preocupou seriamente com o problema de Deus; sua incredulidade é um ponto de partida, uma negativa prévia”. Mas, sendo um teólogo, Moeller não condena, como se poderia esperar, o ateísmo de Camus: “O motivo derradeiro do antiteísmo de Camus, é o segredo de Deus; nenhum cristão pode ter a coragem de reprovar-lho, por saber que ‘também êle muitas vêzes, renegou Deus’ e *um Deus que êle conhecia*, ao passo que muitos filhos do século recusam um Deus que não conhecem (...)”. Como a maioria dos seus personagens, Camus mostra nesta sua atitude, uma honestidade para consigo próprio, uma grande fidelidade aos seus princípios.

*A Peste* foi considerada por Camus, o seu livro mais anticristão. Com efeito, Deus está completamente ausente dêle; a guerra contra a epidemia é ganha sem a Sua ajuda. O Dr. Rieux não visa a salvação do homem, para êle, *salvação* “é uma palavra demasiado grande”, é a sua saúde que lhe interessa. “A sua saúde antes de mais”. O próprio Padre Paneloux não parece um autêntico cristão. Do púlpito da catedral lança um sermão que é antes um libelo: “Meus irmãos, a desgraça caiu sô-

bre vós; mereceste-la, meus irmãos”. A peste, era para o Padre Paneloux um justo castigo de Deus pelos pecados dos homens. Mas virá um dia em que as certezas do Padre enfraquecerão. Êle se havia juntado a um dos corpos sanitários para ajudar a combater a peste. Vê uma criança agonizar diante de si. “Paneloux contempla aquela bôca infantil manchada pela doença, plena dêsse grito de todos os tempos. Deixou-se cair de joelhos, e tôda a gente achou natural ouví-lo dizer, com a voz um pouco abafada, mas distinta para além da incessante queixa anônima: ‘Meu Deus, salvai esta criança’”. Mas a sua prece não foi ouvida, o milagre não se realizou. A criança morre e as palavras de Rieux ferem os ouvidos do padre: “Ah! pelo menos êste era inocente, você bem o sabe!”. Alguma coisa vacila dentro dêle. Faz um segundo sermão: “Meus irmãos, chegou o instante. É preciso crer tudo ou negar tudo. E quem, de entre vós, ousaria negar tudo? (...). O amor de Deus é um amor difícil”. Mas êle próprio, embora não se atreva a negar, parece não aceitar tudo, há um conflito em sua consciência. Finalmente, Paneloux também cairá atingido pela doença. Mas os sintomas que apresenta não são os sintomas comuns. Surge a dúvida: seria ou não seria a peste? Paneloux é um “caso duvidoso”.

*A Peste* é também um livro em que Camus revelou muito de si próprio. Rieux, Tarrou, Joseph Grand, Rambert, cada um dêstes personagens tem um pouco do pensamento do seu criador.

Do mesmo modo que Camus, Bernard Rieux tem uma origem humilde. É filho de operário, sua vida é quase que inteiramente dedicada à velha mãe e à espôsa e o seu maior problema espiritual é alcançar a santidade sem Deus. Como Albert Camus, Rieux tem o sentido do sagrado mas não crê na vida futura. Há no livro um diálogo entre Rieux e Tarrou que, na realidade é um diálogo de Camus consigo próprio, onde êle debate as suas certezas e as suas dúvidas. Tarrou pergunta a Rieux: “— Quem lhe ensinou tudo isso doutor?” ao que o outro responde: “— A miséria”. Camus aprendeu com a miséria que, nem “tudo está bem, debaixo do sol e na história”, mas no Prefácio a *O Avesso e Direito*, reconhece: “A pobreza, em

primeiro lugar, nunca foi para mim uma desgraça: a luz derramava sôbre ela as suas riquezas. Mesmo as minhas revoltas foram por ela iluminadas”.

Jean Tarrou é um homem misterioso. Tem um segredo que acaba confessando: filho de um delegado do Ministério Público, descobriu no dia em que o pai o convidou para assistir a um julgamento em que ia tomar parte, que êle exigia condenações à morte. Compreendeu porque em certas noites o pai se levantava ainda de madrugada ao som do despertador: ia assistir às execuções, precisava estar presente aos “últimos momentos” do condenado. Tarrou fugiu horrorizado de casa de seu pai. Daí em diante o sentido de sua vida resumia-se nesta frase: “decidi recusar tudo o que, de perto ou de longe, por boas ou más razões, faz morrer ou justifica que se faça morrer”. Deve-se lembrar aqui o combate que Camus movia contra a pena de morte sôbre a qual escreveu um ensaio em colaboração com Arthur Koestler: *Réflexions Sur la Peine Capitale*. Também êle recusava tudo o que, de perto ou de longe, por boas ou más razões, fizesse morrer.

Joseph Grand faz-nos lembrar um personagem de Sartre: Antoine Roquentin, o herói de *A Náusea*. Ambos procuram a salvação pela criação artística. Grand, um modesto empregado da Câmara Municipal, ocupa as suas noites a escrever um romance de que só consegue redigir estas linhas: “Por uma bela manhã do mês de maio uma elegante amazona percorria numa soberba égua alazã as alamedas floridas do Bosque de Bolonha”. Grand sofre de uma terrível angústia da expressão perfeita: “Noites, semanas inteiras com uma palavra... às vêzes com uma simples conjunção”. A perfeição artística, sempre foi também uma das preocupações de Camus.

Raymond Rambert, jornalista tal como o havia sido Camus, foi a Oran para fazer uma reportagem e acaba renunciando à própria felicidade, para dar a sua colaboração em favor da felicidade de todos. Camus, muitas vêzes esqueceu os seus interesses individuais em prol de uma causa comum. Como jornalista, mais de uma vez tomou da caneta para denunciar as misérias e as injustiças dos homens. *A Peste* é a obra mais pes-

soal de Camus, onde êle, através dêstes quatro personagens, descreve o seu próprio espírito, suas próprias convicções.

Quando a “Crônica” da peste vai chegando ao final, descobrimos que Bernard Rieux é o seu narrador. Êle a escreveu para “não ser daquêles que se calam”, para “depor a favor dêstes pestíferos...”

A epidemia finalmente desapareceu. Os homens venceram o mal, mas embora nem todos o saibam, venceram-no apenas temporariamente. Enquanto estouravam no ar os foguetes que festejavam a vitória, enquanto o povo na rua dava vazão à sua alegria, o Dr. Rieux escrevia a sua narrativa. Mas êle não se enganava, êle sabia que “o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nas caves, nas malas, nos lenços e na papelada. E sabia também que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz”.

É possível que a vitória fôsse temporária, talvez um dia a peste voltasse a assolar novamente uma cidade feliz, mas em meio a tôda aquela desgraça, a todo o horror do flagelo, um ensinamento positivo foi aproveitado: Rieux descobriu “que há nos homens mais coisas a admirar que coisas a desprezar”.

### III — “A QUEDA”

#### (A Outra Face do Homem)

Quando Camus publicou *O Estrangeiro*, a obra, apesar de ter obtido a maior aceitação e ser considerada “o melhor livro desde o Armistício”, causou um certo espanto ao público leitor que o achou um livro estranho. Quatorze anos mais tarde, com a quase totalidade de sua obra já escrita, Camus publica outro livro não menos estranho. Trata-se de *A Queda*, longo monólogo de Jean-Baptiste Clamence, que, num bar de Amsterdã, rememora a sua vida passada.

Jean-Baptiste Clamence, fôra outrora advogado em Paris, “especializado em causas nobres”. A sua vida, sempre lhe parecerá irrepreensível. Vivia-a intensamente. Feliz na sua profissão, invejado pelos homens, amado pelas mulheres, êle pouco mais tinha a desejar do mundo. Entretanto, certa noite na “Pont des Arts”, ouve um riso atrás de si. Olha, não vê ninguém. Aquêle riso misterioso perturba-o. Lembra-se de repente que, uma noite, atravessando uma ponte sôbre o Sena, viu uma mulher debruçada no parapeito e, continuando a caminhar, mais adiante ouviu um grito e o baque de um corpo à água. Êle sabia que fôra a mulher que se jogara e no entanto, nada fêz para salvá-la. Limitou-se a pensar: “Tarde demais, longe demais...” Esta recordação trazida por aquêle riso misterioso mostra a Clamence a sua outra face. Passa a analisar todos os atos da sua vida e descobre que vivera sempre num mar de hipocrisia, vaidade e fingimento. É um comediante, um homem de rosto duplo. Os atos que poderiam parecer os mais naturais, eram sempre praticados com o único fim de fazer aparecer a sua pessoa. Com a consciência disto, êle confessa que “quando deixava um cego sôbre o passeio aonde o tinha ajudado a arribar, saudava-o. Essa chapelada não lhe era evidentemente destinada, êle não a podia ver. A quem pois se dirigia? Ao público. Depois da representação, as vênias”.

A fragilidade, ou melhor, a ausência dos seus valôres morais, surge-lhe claramente: “No fundo, nada contava. Guerra, suicídio, amor, miséria, prestava-lhes atenção, é certo, quando as circunstâncias a isso me obrigavam, mas de uma maneira cortês e superficial. Por vêzes, fazia menção de me interessar por uma causa estranha à minha vida quotidiana. No fundo, porém, eu não participava nela, salvo, é certo, quando a minha liberdade fôsse contrariada. Como dizer-lhe? Tudo isso resvalava. Sim, tudo resvalava por mim”. — “Eu tinha princípios, é certo; por exemplo, que a mulher dos amigos era sagrada. Simplesmente, eu deixava, em plena sinceridade, de, alguns dias antes, ter amizade aos maridos”. — “Em suma, nunca me incomodarei com os grandes problemas senão nos intervalos dos meus pequenos desregramentos”.

Chegando à conclusão de que não é melhor do que certos criminosos que defendeu exercendo a profissão, não tendo conseguido determinar o momento exato de sua queda que parece recuar mais e mais no tempo à medida em que êle avança analisando o passado, Jean-Baptiste Clamence deixa Paris, vai para Amsterdã, onde se faz “juiz-penitente”. No bar *México-City*, narra a estranhos as suas misérias morais. A sua franqueza é chocante, e, leva-os a confessar que também não são melhores. Na realidade, é isso o que Clamence pretende e, êle termina por estender ao seu auditor, um espelho onde a humanidade se olharia.

*A Queda* estava destinada a aparecer na coletânea de contos intitulada *O Exílio e o Reino*, e só a sua extensão fêz com que fôsse publicada separadamente. Ela constitui um livro à parte em tôda a obra de Camus. Não se enquadra na meditação sôbre o absurdo, nem pertence à fase de solidariedade e revolta dos homens. Alguns críticos literários, viram em Clamence um segundo Mersault, mas entre *O Estrangeiro* e *A Queda*, existem mais diferenças do que apenas um bom número de anos entre a publicação dos dois livros. Não obstante algumas semelhanças entre os dois personagens, Clamence é exatamente o oposto de Mersault. Enquanto êste, um inocente por natureza, é obrigado a aceitar o castigo que os homens lhe impõem, aquêle tem consciência das suas culpas e o seu problema está em não conseguir encontrar ninguém que o julgue, porque todos são iguais, não há ninguém melhor do que êle. Por isso se faz “juiz-penitente”, julga suas próprias faltas, confessa-se, mas não encontra castigo para elas.

Clamence estaria talvez mais próximo de Calígula do que de Mersault, a julgar pelas suas vozes. Ouçamos o grito de Calígula: “Quem ousaria condenar-me neste mundo onde ninguém está inocente?”; agora, a voz de Clamence: “Não podemos afirmar a inocência de ninguém enquanto pudermos afirmar sem dúvida a culpabilidade de todos”. Mas também entre Calígula e Clamence há uma grande diferença: Calígula, no seu “delírio lógico”, reconhece o seu êrro e aceita a morte, vítima da conspiração dos patrícios; Clamence, tem consciência

da sua culpabilidade, mas não procura a remissão, o seu objetivo é, para citar Jean-Claude Brisville, “converter a humanidade ao seu evangelho estéril”.

Afinal, que espécie de homem é Jean-Baptiste Clamence? “Profeta vazio para tempos medíocres”, é como êle próprio se define. Com efeito, a sua voz ergue-se como se ergueu em tempos, a de um outro João Batista, o da voz que clamava no deserto, para denunciar as misérias dos homens. A diferença, é que êste profeta moderno, antes de apontar as faltas dos seus semelhantes, confessa seus próprios pecados, mas, através de um processo diabólico, consegue convencer os que o ouvem que em nada são melhores do que êle.

Alguns comentadores da obra de Camus, vêem em *A Queda*, um retrocesso na meditação camusiana. Parece haver morrido a última esperança. O niilismo desponta em cada página. Não há a revolta, a esperança e a solidariedade dos habitantes de Oran lutando contra a peste, nem o sol de Tipasa iluminando as praias mediterrânicas. O próprio cenário do livro é impregnado de mistério: “A Holanda é um sonho, meu caro senhor, um sonho de ouro e de fumo, quanto mais fumoso de dia, mais dourado de noite e noite e dia êste sonho é povoado de Lohengrins como êstes, esgueirando-se, irreais sôbre as suas negras bicicletas de guiadores altos, cisnes fúnebres que giram incessantemente em todo o país, em tórno dos mares, ao longo dos canais”. Ou para citar Brisville novamente — “A brumosa Holanda, com suas águas apodrecidas, o seu céu lívido que as pombas do batismo enchem em vão, com a sua expectativa, não é verdadeiramente o inferno. É antes o seu vestíbulo”. Esta atmosfera densa e pesada, esta paisagem de brumas, recorda-nos vivamente *O Mal-Entendido*.

*A Queda* poderá chocar pelo seu pessimismo. Camus apresentou neste livro o lado negativo do homem, as suas misérias e fraquezas morais, a duplicidade do ser humano. Mas nem tudo está perdido, poderíamos dizer com André Maurois: “é preciso procurar viver, (...) *A Queda* não é a última palavra de Camus”.

## CONCLUSÃO

André Maurois enganou-se: *A Queda* foi a última palavra de Camus. A publicação de *O Exílio e o Reino* em 1957 não mostrou nenhum rumo nôvo do pensamento do escritor, que, em 1960, morreria num desastre de automóvel. Não se pode prever que rumo tomaria o seu pensamento, se a sua vida não fôsse trágica e inesperadamente ceifada.

As raízes da sua obra estão em *O Avêso e o Direito e Bodas*. Nestes dois pequenos livros, estão anunciados todos ou quase todos os seus temas futuros. O próprio Camus disse no Prefácio que escreveu para uma nova edição de *O Avêso e o Direito*: “Por mim, sei que a minha fonte está em *O Avêso e o Direito*, nêsse mundo de pobreza e de luz em que vivi por muito tempo e cuja recordação me preserva ainda dos dois perigos contrários que ameaçam todos os artistas: o ressentimento e a satisfação”. Nesse Prefácio, Camus chegou mesmo a afirmar: “Se, apesar de tantos esforços para construir uma linguagem e dar vida a mitos, não conseguir um dia tornar a escrever *O Avêso e o Direito*, nunca terei conseguido nada”, o que nos dá uma idéia da importância que êle próprio atribuía ao seu primeiro livro.

Charles Moeller aponta como “partes sólidas” da obra de Camus, *Bodas*, *A Peste* e *Os Justos*. O resto, diz êle, não escapa a um certo romantismo. Não me parece que Camus tenha sido um romântico. Não poderia ser um sonhador o homem que em plena ocupação nazista escrevia as suas *Cartas a um Amigo Alemão* e nos editoriais do *Combat* dirigia corajosos ataques aos exércitos hitleristas. Mas estou de acôrdo com Moeller quando êle diz que não podemos deixar de “estimar um homem que em meio ao nosso mundo da vigésima quinta hora, de náusea e de desprêzo do homem”, afirmou que “há nos homens mais coisas a admirar que coisas a desprezar”.

## Virgílio e a Natureza

ROMEU PERÉA (\*)

Poeta dos poetas do campo é, com justiça, proclamado Virgílio, no decorrer dos tempos, menos pela descrição de paisagens como pelo seu sentimento da Natureza.

Virgílio — observa Unamuno — “describió pocos paisajes, pero la sensación íntima, profunda, amorosa, cordial del campo nos la dió como nadie.

“Tem-se afirmado que o sentimento estético da Natureza é um sentimento moderno, que nos antigos não estava mais do que esboçado, que é de origem romântica e não falta quem acrescente que o seu precípua sacerdote foi Rousseau.

“Alguém, exagerando, chegou, inclusive, a insinuar que a Natureza foi descoberta para a Arte pelos modernos, e que para isso contribuiu o seu descobrimento pela ciência... e está fora de dúvida que o sentimento do campo se desenvolveu muito modernamente, como aconteceu com a música, mas não pode exagerar-se a tese.

“Os antigos eram pouco paisagistas: a paisagem para êles outra coisa não era que um meio para realçar o homem, mas a sentiam (1).

Temos disto um exemplo no próprio Lucrécio em quem Virgílio tanto se inspira.

Lucrécio dá provas, a cada momento, de profundo sentimento da Natureza, que observa com amor até nos mínimos

(\*) Titular da Cadeira de Língua e Literatura Espanhola no Instituto de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, e autor de numerosos estudos filosófico-pedagógico-literários.

detalhes, mas sempre levando êsse sentimento para o homem — único que o preocupa.

Para mostrar que em meio à infinidade de sêres, cada um tem o seu destino e missão específica, nesta vida, nos apresenta “um vitelo que cai morto diante do altar, sob a faca do sacrificador, enquanto a mãe a quem roubaram o filho percorre o verde campo, examinando no solo o sinal dos pés forçados: lança os seus olhares para todos os lados na esperança de avistar o filho que perdeu, faz ressoar o bosque com as suas queixas incessantes e frequentemente retorna ao estábulo, atormentada pelo desejo de o rever.

Nem as ervas saborosas, nem a água corrente, nem os outros vitelos que pastam pelo prado, podem alegrá-la ou distraí-la” (2).

Guardemos, a esta altura, esta distinção fundamental: uma coisa é o sentimento da Natureza, e outra, muito diferente, a pintura da paisagem.

A limitação e retificação imposta por Unamuno à afirmação de Saint Beuve — afirmação difundida depois e aceita pela maioria — de que o sentimento da Natureza na Literatura era um sentimento moderno que teve comêço em Rousseau, foi categórica e definitiva...

Com esta sua atitude, ao mesmo tempo que revelava a sua inclinação para uma posição estética classicista, coloca-se Unamuno ao lado de seu grande e não superado Mestre — Marcelino Menéndez Pelayo.

“La descripción de la Naturaleza inanimada — escreve êste — solo debe aparecer en el Arte, como accesório y cual sirviendo de fondo a la figura humana” (3).

É o caso de Virgílio.

“Virgílio nunca olvida la figura humana en el fondo del paisaje”, sentencia Lorenzo Riber.

El — como Homero — coloca siempre al hombre en primera linea, y si la Naturaleza le interesa es siempre en sus relaciones con él.

“Cuando nos presenta el pavoroso cuadro de un incendio que devora las mieses, o el de una avenida torrencial que devasta las campinas, cuida siempre de colocar en un sitio u otro, talvez sobre un otero vecino, a un labrador o a un pastor, atónitos ante el fragor del cataclismo arrollador y del incendio creciente” (4).

A contrária também é verdadeira.

Pereda — entre os modernos — “tan hábil y afortunado en describir el campo, apenas si lo siente”. Amigo e confidente de Menéndez Pelayo, teria influído neste?

São de Menéndez Pelayo estas palavras: “describir por describir no se concibe en poesia”. E porque “describir por describir no se concibe en poesia” condena Menéndez Pelayo “Las Soledades” de Góngora, o primeiro grande poema descritivo da literatura européia...

Conservai estas noções de paisagem e Natureza, e estas distinções entre pintura de uma e sentimento de outra, trazidas logo no início desta sumária introdução, como necessárias, uma e outra, para, com maior facilidade, penetrar no pensamento do Poeta a fim de podermos mostrar, depois, a conexão com o ensinamento de tôdas aquelas idéias civis, morais e religiosas que constituem o patrimônio da civilização romana, na idade de Augusto.

O texto que seguiremos, neste estudo, que será breve, mesmo porque não pode ser longo, devido às circunstâncias de tempo e lugar, é o de “Publii Virgilii Maronis Opera”, pristino nitori restituta, cum notis & variis lectionibus ex codicibus & optimis exemplaribus, Parisiis, MDCCXC — sem deixar de mão tanto a abundante literatura grega e romana como os estudos fundamentais sôbre a experiência de Grécia e de Roma no mundo.

Do estudo comparativo destas fontes, examinadas em consciência, e da leitura paciente e percuciente dos versos imortais do Poeta é que nos serviremos para os elementos necessários à re-composição desta vida, nobre e generosa, e à re-consideração desta alma, grande entre as maiores que honraram a Humanidade.

A biografia de Virgílio escrita por Tib. Cláudio Donato, diga-se de passagem — biografia que precede a edição das suas Obras Completas e que constitui a fonte de inspiração de tôdas quantas se escreveram depois, não merece inteira confiança, porque gramáticos e editores, no decorrer dos tempos, nela collocaram a sua mão interpolando-a, de maneira a ninguém mais poder, com absoluta segurança, afirmar “quid Donati prodatur, nec ne”.

Por um mosaico, recentemente descoberto, na África Proconsular, sabemos que Virgílio, com muita probabilidade, mas sem absoluta segurança, era fisicamente “pudoroso e melancólico, com um ar de campesino daquêles que pelo outono lançam sôbre o horizonte e o gesto augusto do semeador, com a vasta frente despovoada, com a bôca larga e franca, feita à envergadura dos hexâmetros” (5).

Pobre de origem, passou a sua primeira infância em Cremona. Foi, depois, na sua juventude, para Milão, e de Milão a Nápoles — sua segunda pátria — onde estudou letras gregas e latinas, leu Tucídides, e se aprofundou em Epicuro, orientado e dirigido pelo filósofo Sirón.

Menos afortunado que Horácio que apesar de filho de um liberto conseguiu ir a Atenas, Virgílio não passou da Grécia de Itália (Nápoles) resignado, quem sabe, com o provérbio grego, traduzido para a língua latina “non licet omnibus adire Corintum”, pois eram tão caros os prazeres em Corinto que nem todos podiam residir ali”. E que aplicado ao nosso caso significa que é forçoso renunciar a muita coisa que ambicionamos por falta de meios ou recursos.

Quando aos 52 anos de idade corrigiu e limou, com muito cuidado e zêlo, a Bucólica e a Geórgica, e quis fazer o mesmo

com a Eneida para deixá-la, também, limada e acabada, entendeu ir a Grécia e ali passar três anos, para, depois, livre da poesia, entregar-se inteiramente à filosofia e às ciências mais importantes, foi que se deu o fim da sua vida...

Esta viagem a Grécia ficou na memória de todos, e a todos é lembrada pela emocionante Ode que Horácio escreveu.

Nave que qual depósito  
nos deves a Virgílio, dos confins áticos  
devolve ilesa, peço-te  
e guarda carinhosa a metade de minha vida.

A nave — nós sabemos — foi infiel. Os ventos inimigos despedaçaram os votos de Horácio e... nunca mais lhe foi devolvida a “metade da sua vida”.

Deixando de lado os Poemas menores sôbre cuja autenticidade nem todos são unânimes — e que poderemos estudar numa outra oportunidade — marcam as Églogas os seus primeiros e verdadeiros começos — começos que foram tão firmes e seguros — e dos quais nunca se afastaria — que podem considerar-se como os alicerces de tôda a sua obra futura, pois nas Églogas estão compreendidos todos, ou quase todos os elementos da poesia virgiliana, em geral, e das Geórgicas, em particular.

Lendo-as com atenção e afincio podem vislumbrar-se as vicissitudes da sua vida, e os sentimentos da sua alma, naqueles anos moços e amargos, nos revela Lorenzo Riber.

Como resultado da vitória de Filipo, comentam todos os historiadores, Otávio, de retôrno, (a Roma) entregou à Itália tôda a cobiça de seus veteranos.

Virgílio foi despojado de seu pequeno domínio súbita e violentamente...

Figuremo-nos, acentua, mais uma vez, Lorenzo Riber, dando-nos assim algumas notas de seu perfil psicológico e moral, uma alma delicada, amante do estudo, namorado duma paisagem sossegada e apacível e da musa pastoral da Sicília: uma

alma modesta e moderada, nascida e nutrida nesta mediocridade doméstica que torna tôdas as coisas mais sentidas e mais queridas: e ver-se tirada de tudo isto, privada desta possessão e desta paz, num dia inesperado, pela brutalidade de uma soldadesca vencedora!!

Virgílio conservou desta violência uma impressão imperecedoura e profunda.

Pode afirmar-se que a sua Política, a sua Moral pública e social, datam daquela ocasião. Uma melancolia natural e positiva foi a herança daquele incidente, e na sua memória ficou para sempre gravada aquela cena violenta e absurda.

E mais: êle a passou para a posteridade pela bôca de Melibeu:

“Quem te concedeu, Títiro, a fortuna de, sem perturbação, gozar da quietude da tua terra? pergunta Melibeu, logo na primeira Égloga.

Deus nobis haec otia fecit” responde Títiro (que é Virgílio).

Por isso, continua Títiro, aquêles que me garantiu contra as confiscações “erit mihi semper Deus”.

Melibeu não mostra inveja, mas se surpreende de que em meio ao estrondo das armas seu amigo conseguisse tão elevado privilégio.

Títiro explica: esteve em Roma, a grandiosa cidade que “tantum alias inter caput extulit urbes — Quantum lenta solent inter viburna cupresi”.

Foi resgatar-se em liberdade, e viu o jovem prodigioso que, primeiro que outro, a seu pedido, deu esta resposta:

“Pascite ut ante, boves, pueri: submitte tauros”.

Portanto, conclui Melibeu: “tua rura manebunt?”

Tu envelhecerás aqui e gozarás de descanso “inter flumina nota et fontes sacros?”

Sim, responde Títiro, e isto por vontade do César...

A partir dêste momento sempre teve presente Virgílio a imagem de Augusto — ao contrário do outro pastor, Melibeu, que viverá afastado da sua terra, enquanto “Impius haec tan culta novalia miles habebit.

Barbarus has segetes”.

A tragédia se apresentava ante êste, e triste era o futuro que o esperava, quando “iam summa procul villarum culmina fumant maioresque cadunt altis de montibus umbrae” e re-pensa, com amargura na alma, nas inevitáveis consequências dos erros comuns, dos crimes coletivos, diríamos agora, “in quo discordia civis — produxit míseros”.

Prefiram outros a 4ª das Églogas pelo conteúdo messiânico, ingênuamente atribuído a ela por numerosos comentaristas de Virgílio, eu fico com esta 1ª pelo seu valor profundamente humano, onde aparece a tragédia da vida e o drama dos campos, a luta entre aquêles que tudo sofrem e aquêles outros que nada sentem...

Compreende-se a admiração de Virgílio por Otávio, admiração que aqui aparece ao lado de seu sincero agradecimento que se apresenta forte e firme na mente e no coração e que terminará inspirando nêle o voto solene no Proêmio do livro terceiro das Geórgicas:

“Primus ego in patriam mecum modo vita supersit  
In medio mihi Caesar erit templumque tenebit”,  
e que culminará com a glorificação de Augusto na Eneida:  
“aurea condet saecula qui rursus Latio  
regnata per erva, Saturno quondam”.

Escritas — como se sabe — em épocas diferentes, e escritas — como é fácil averiguar — por diferentes motivos, as

Églogas, as Geórgias e a Eneida têm, entretanto, uma única finalidade — o Homem.

É para o homem que Virgílio canta a beleza da Natureza.

Para o homem, que ensina o cultivo da terra.

Para o homem, que prepara a grandeza do Império.

Tu régere imperio populos, romane, memento”.

Lembra-te, romano,  
de administrar o povo com a lei,  
de estabelecer o rumo da paz,  
de debelar os orgulhosos,  
de poupar os humildes.

Não é um panegírico direto, pois vindo do complexo humano e do espírito e coração de Virgílio, de maneira alguma poderia ser aceito.

Adverte os Romanos que se certifiquem de que governem bem.

Cêrca de século e meio depois de Virgílio, uma das muitas dúvidas que atormentavam o historiador Tácito dizia respeito a êste assunto: eram justificadas as ofensas de que os provincianos se ressentiam? (6).

E tendo como única finalidade o Homem — em tôdas as suas dimensões — nada surpreende a unidade que domina em todos os escritos virgilianos.

Do cultivo da terra, vem a abundância.

Da abundância, a prosperidade procede.

Da prosperidade, nasce a soberania.

Da soberania, segue-se o domínio sôbre os povos.

Do domínio, a obrigação de impor condições, estabelecer a paz, fruto da justiça, dentro da ordem.

Êste era o espírito de Virgílio, espírito que Carducci lembrava em momento solene e em nobilíssimo discurso:

“Oh italiani, sollevate e liberate l’agricultura, pacificate le campagne.

Caccitate la fame dei solchi, la pellagra dai corpi, la torva ignoranza dagli animi.

Pacificate le campagne e i lavoratori.

E l’aquila romana ancora una volta rimetterá le penne e guidará sui monti e sui mari il nostro diritto e le vitoriose armi d’Italia victorisque arma Quirini” (7).

E no mesmo discurso:

Um senso superiore della vita, una coscienza purissima del buono e del bello, una umanità delicata e commosa, anima quella divina poesia, che pare affreti nella realtà e sogni giovanili cantati in riva al Mincio:

Magnus ab integro saeculorum nascitur ordo.

Eppure all’impero del mondo se seguirono biechi e sanguinosi, Tiberio e Caligola. Ma anche Gesu Cristo. Da allora i secoli ammirano il poeta mantovano a guisa del suo Cycno abandonar la terra e seguir le stelle co’il canto:

“linquentem terras et sidera voce sequentem”.

Está aqui, em síntese, todo o espírito de Virgílio.

Estão aqui os seus sonhos e aspirações, que não foram dirigidas nem por Mecenas, nem por Augusto pois êle não teria sido o Poeta que foi — e o filósofo e o técnico — se, na realidade, tivesse escrito poesia por obedecer, ou seguir a voz de um comando qualquer, e não a inspiração que o seu gênio e, sobretudo, o seu coração elevaram e sublimaram.

Virgílio, consciente do que pode a poesia didática quando interpreta uma grande idéia, pensou numa obra que fôsse conforme ao ambiente e ao momento, que agradasse a Augusto

e seu Ministro, e seguindo o exemplo de Lucrecio cantou a Natureza com alma de filósofo e poeta ao mesmo tempo.

“Tentanda via est qua me quoque possim

Tollere humo victorque virum volitare per ora”.

A agricultura fôra nos primeiros séculos de Roma a fonte principal da riqueza, da prosperidade moral e da fôrça política.

Tempos de grande abundância aquêles nos quais a Itália podia, e se bastava por si mesma, para sustentar seus próprios filhos.

Fortes e resistentes no trabalho, simples e contentes com pouco, os antigos romanos passavam a vida a cultivar seus campos; mas aquêles sóbrios cidadãos constituíam o nervo dos exércitos e o cérebro das Assembléias, e tinham por máxima, na sua vida, que da Agricultura é que se tiravam os lucros mais honestos e que aquêles que a ela se dedicavam tinham pensamentos de justiça e saúde moral.

Esta, a tese de Virgílio, tese que foi depois abandonada, — abandono que foi a causa do dismantêlo que, mais tarde, cairia sôbre o povo de Roma, e sôbre outros povos da terra. Ainda agora nós nos lamentamos da situação em que se encontra a agropecuária, e todos nós sabemos que a maioria dos ataques dirigidos contra a Sudene é no sentido de esta ter abandonado aquela.

Como Juvenal, com as suas Sátiras, deixou-nos Virgílio uma Sociologia Política, ou melhor, uma Política Agrária e uma Moral Social, e ainda uma Política Humanística, ensinando-nos, sobretudo, a cooperação humana para a paz universal — cooperação que êle tomara de Cícero, mas que êle iluminou com profundamente sentida humanidade emocional e com não superada ternura.

Como imprimiu inigualada expressão aos trabalhos, sofrimentos e esperanças de tôda a raça humana.

Esta universalidade da mensagem de Virgílio aparece tanto nas Églogas como nas Geórgicas.

Nas Églogas, a primeira e a nona ultrapassando o seu tema pastoral, narram as misérias e destruição da guerra civil.

Nas Geórgicas, o livro quarto ergue-se muito acima do mundo campestre.

A vida das abelhas que ostensivamente consitui o seu tema, é tratada com êsse incompatível entusiasmo virgiliano que no meio de um povo que estava longe de ser compassivo, fere uma nota tão pungente e distinta.

Vivendo as suas organizadas vidas, cheias de dramas e batalhas, as abelhas fornecem um comentário patético e heróico-cômico das perturbações dos seres humanos.

A mesma universalidade aparece na Eneida, onde o Poeta à certa altura exclama: “*Farei que todos sejam latinos*” . . .

.....

Pouco ou nada, diremos para terminar, aproveita o estudo das belezas puramente literárias de uma obra antiga, se não se levanta com êle o quadro dos costumes e o panorama da vida social de que êle é a manifestação e, ao mesmo tempo, o documento.

É a lição de Virgílio, sobretudo nas Geórgicas, de que nos ocupamos de preferência, por ter sido êste o tema que se nos confiou, e aquela que nelas vem expressa, isto é, a forte necessidade de crer, mesmo depois de termos visto quase que submergir a ordem moral; crer num retôrno à bondade humana através das doces e purificadoras emoções que só pode dar o campo; crer ainda no advento de uma paz mundial; e numa paz individual, também, mesmo que seja num recanto, perdido e solitário . . .

“O fortunatos nimium, sua si bona norint,  
agricolas”.

Horácio se construiu, ou desejou, ao menos, para si, um monumento mais duradouro que o bronze.

Virgílio preferiu “um templo de mármore / sôbre a verde grama”.

Eu não sei se essa civilização que está aí, na sua fúria, quererá um dia destruir o monumento de Virgílio, isto é a sua memória.

Mas em caso afirmativo, permiti que eu peça para êle desde agora, aquilo que êle pediu para Troia, na véspera de ser destruída — o direito de ser enterrado, ao menos com o seu próprio nome...

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — Emilio Orozco Dias, Sobre el sentimiento de la Naturaleza en la poesia española. Rev. de Ideas Estéticas, nº 93 (1966) pp. 3 y ss.
- 2 — Lucrecio, Da Natureza, Ediç. Ouro. MCMLXVI, p. 89.
- 3 — Emilio Orozco, l. c. p. 5.
- 4 — Lorenzo Riber, Obras Completas de Públio Virgílio Marón y Quinto Horácio Flaco, Ed. Aguilar, Madrid, 1941, p. 8.
- 5 — Lorenzo Riber, l. c. p. 9.
- 6 — Michael Grant, O Mundo de Roma, Lisboa, 1967, p. 67.
- 7 — Carducci, Per l'inaugurazione d'un monumento a Virgilio, in Pietole, Prose, p. 1092.

**MARIA JUDITE  
DA COSTA LINS**

# POEMAS PREMATUROS



REVISTA ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Vol. II — Nº 2 1971

RECIFE

## TELHADOS AZUIS

São telhados de pobres,  
telhados de zinco,  
eu, também, de palha de coqueiro.

Telhados que têm pedaços do céu,  
azuis, azuis, e, de dia,  
raios de sol — inundam de luz.

E o azul é mais azul.  
Cai a noite, véu de estrêlas  
que espiam, olham e entram

nos barracos humildes.  
E o azul é escuro,  
Escuro, mas ainda azul.

Pedaços do céu,  
sôbre vidas,  
vidas que sofrem, lutam,

e amam.  
E, com telhados azuis,  
encobrem tristezas, protegem amôres.

Pedra dura e quente de  
beira de estrada.  
Rocha cinzenta que, sob  
o sol, brilha.

Quantas gôtas de sangue, não,  
lágrimas, talvez, nem sei,  
desceram por seu lombo,  
que não é macio...

O desejo  
Os olhares puros  
Os cactos cheios de espinhos  
E uma única flor.

Imaculada,  
à espera da hora do sacrifício,  
enquanto a poeira colore e mancha  
as alvas pétalas, cheias de beleza.

Ali estava, para mim, a mão.  
A mão estendida,  
magra; e eu não dei nada.

Pobres, famintos,  
esfarrapados, vivem,  
ou por outra, se arrastam,  
pelas calçadas, pela vida.  
Com as mãos estendidas,  
aos irmãos que passam, passam,  
numa confusão de pernas,  
saias e perfumes.

## A NOITE

Gomos de gêlo, cortantes  
e frios; afiados,  
penetravam na garganta da tarde,  
matando-a, pouco a pouco...

Colocavam um frio áspero  
no coração negro, que  
a luz do poste iluminava.

Pedaços de tristeza se  
juntavam, reunindo  
num quebra-cabeça lúgubre,  
a noite que descia.  
Escondendo amarguras,  
ocultando a torpeza, a maldade,  
cúmplice do homem, escura  
e preta noite que chega.

## A BOLA DE MEIA

Uma janela fechada.  
Quadrados de quatro lados.  
Mas são só três quadrados.  
Não quatro quadrados de vidro.

Aquêle um que falta,  
para que formem quatro lados cada,  
se quebrou. Acabou-se.

Foi uma bola velha.  
Remendada e consertada.  
Bola que trazia sonhos,  
lembranças alegres e tristes.

Jôgo de rua. Menino pobre.  
Bola lançada à vida,  
carregada de desejos, pedidos  
que se espatifaram com o vidro.

Um ano a mais, outro se vai,  
a angústia terrível, indefinida  
pelo que termina . . . ou  
pelo que vem.

Um desejo de ser criança,  
para sorrir, em vez de chorar.  
E ficar feliz.

Mas, a mão que acaricia  
a mão  
é uma chamada para a  
realidade.  
Para a vida presente, e  
o Amor que surge.

O gemido subia, triste, lento,  
saído da alma, do corpo doente.  
Recolhida nas lágrimas,  
a saudade banhando pétalas de lençol.

O choro se aproxima, cruel,  
passos vagarosos, ritmados.  
A dor vai chegando, a ausência.  
Certeza que fere, ânsia de olhar.

Inquieta, balouçante, por um  
fio suspensa, luzindo e  
apagando, indo e vindo.  
Uma voz; irá para não  
mais voltar. Solidão de um todo,  
presença que se esvai, e a  
bruxoleante luz que treme,  
diante da vida que suspira,  
o dia morre, lento e calmo.

Efêmero sonho que se partiu  
como um copo que se quebra,  
caído das mãos de uma criança.  
Rompe o chôro barreiras infinitas  
de uma desilusão sem fim.

Felicidade que se esvai,  
contida em cada pedaço de vidro,  
cada um é um grito, lamento,  
cacos que penetram e rasgam,  
ferindo a carne e o coração.

A saudade que não quer falar,  
mágoa triste que corta, silenciosa,  
a lembrança que não volta.  
Sem dor e tortura, ela vai  
por entre espaços eternos.

Infundáveis mistérios, da vida  
essência mais pura. Mais perfeita.  
Plagas imensas, vazios desertos  
de coração que não é coração.

Espada fincada, sangue e sal  
nos lábios, um grito surdo,  
uma ânsia, o desejo frustrado,  
Morre sem último suspiro,  
a esperança imortal, eterna ironia.

Que aconteceu?  
Céu mais azul, mais cheio de estrêlas...  
Quem vai se casar?  
As nuvens parecem véu de noiva, grinaldas...  
Cheiro de cravo no ar —  
será que é entêrro?  
Morre gente, nasce gente, casa gente.  
A vida chora e ri as mesmas lágrimas.

Que aconteceu com o mundo?  
Amanhece dia, sol se põe,  
e tudo no mesmo, igual.  
Namorados por aí, fazendo promessas,  
amor de tôdas as maneiras.  
Sorriso triste, alegre e não-sorriso.

Que aconteceu?  
A noite se estende, imensidão,  
vazio nos corações, nos olhos.  
Até nas ternuras. Que aconteceu?

Felicidade se esvaindo,  
aconteceu o fim da esperança?  
a ilusão morreu?  
mas, que aconteceu na noite?

Rude, despertar triste, sonolento  
para mais um dia, trabalho,  
outro de barriga vazia,  
longo, cansativo, dia sem fim.

Tristeza de esfregar os olhos  
para não ver a miséria,  
no chão de terra, sujo,  
na parede de barro, as mãos,  
um espreguiçar enorme.

Saudade distante, remoendo,  
do tempo de criança pobre,  
pés descalços, sem comida também.  
Alegria; ingênuo a correr,  
atrás de carneirinhos,  
bolas e arcos de nuvem.

Tempo que vai longe,  
dobrou esquinas e vidas,  
fugindo do paga-figo,  
escapando da miséria.

Passei os olhos pela rua.  
 Que vi?  
 Gente batendo uma na outra  
 andando depressa.  
 Máquinas que se moviam e  
 se mexiam, barulhentas.  
 Puxavam as pernas,  
 passavam, e não paravam.

Calçadas apinhadas,  
 de saias, de môças bonitas.  
 Homens apressados que,  
 no vaivém eterno  
 de um mar enorme, viviam.  
 Onde as águas se separavam,  
 não estando juntas, mas, sim,  
 dissociadas e independentes.

Ombro a ombro, ou  
 espuma sôbre ondinha.  
 E o olhar indiferente,  
 de quem não é irmão.  
 E passa de bandinha, sem ver.

Procurei o Amor, e  
 não o achei entre pedestres.

Há sempre alguma nuvem para tapar o sol.  
 Ou o fraco brilho de uma estrêla  
 de noite apagada.  
 Horizontes de fronteiras infinitas,  
 misteriosas marcas invisíveis assinalam um fim.

Um sabor ao mesmo tempo doce e amargo.  
 A quebra de um limite transcende o ser.  
 Não apenas o mundo, mas os olhos ensombrados  
 por névoas geladas, e sal,  
 no gesto de bondade. Ou, a onda,  
 em fragmentos de espuma, sonhos, mentiras...

O desejo se apagando sob o arco-íris lançado  
 na avenida. O concreto queimando, plágio  
 ao calor a cair em lava nos  
 ombros dos apanhadores de caranguejo.

Lama e água, pés nus, na areia mole.  
 E o carro veloz que batia no ônibus.  
 Tão cheio. Repleto de mentes tão opostas.  
 Idéias diversas nas conversas esparsas.  
 A noite sôbre o céu, engolindo poucos  
 retalhos esfarrapados.

Mais um dia se fôra. Morreu. Em seu bôjo,  
 uma ilusão a menos. Um abraço perdido na esperança  
 de um amanhã. A solidão envolve os corpos unidos  
 pelo pouco espaço do ônibus, se estende mais além.

Vai até onde a vista alcança. Dentro de casa,  
 entre paredes, nas dunas das praias,  
 jogando bola com as crianças.

Tem coisas que acontecem  
e a gente nem sabe como.  
Assim, tão de repente,  
como cinzas de uma vida cremada,  
e envolvem, e se espalham e  
transtornam tudo.

Desagregam os seixos da rua  
em pó, migalhas de nada  
sôbre um caminho que  
não leva a lugar algum.

E um coração bate acelerado,  
para depois emudecer.  
Esfria o corpo morto na luta, e  
que descansa agora atrás do cimento,  
quase tão gelado quanto o abandono  
em que sempre vivera.

O tempo passa,  
vândalo invencível, saqueador de lembranças,  
oh, terrível assassino do amor.

Como se fôsse uma flor,  
o cata-vento girou,  
e soprou ventos, suspirou.

Nas estrêlas, no mar,  
como se fôsse a vida,  
um sonho e a espera.

O nada, pelo riso,  
ôco e triste, de um rosto,  
de uma esperança morta.

Como se fôsse o amor,  
brilham as palavras e  
os gestos  
num mundo que gira,  
como se fôsse um cata-vento,  
rodando, risonho e belo,  
como se fôsse uma flor

Que um dia, passada a noite...  
como se fôsse saudade...

## PÁSSARO DA LIBERDADE

Se tudo fôsse o azul  
e nas asas do tempo  
voasse, deslizando a vida,  
talvez mais livre seria,  
que o pobre pássaro  
uma simples sombra na calçada,  
cinzenta e morta, tão  
assim, feia, estirada  
e por todos pisada.

Nunca poderás alçar vôo.  
Teu mais alto céu  
é a dor de chorar poeira  
por entre frestas,  
que o vento sopra nas fôlhas.

E mais se esforça,  
e dança, e se alonga,  
pobre pássaro, eterna mancha,  
sombra de árvore de rua.

## MORTE NO AZUL

Se a massa imóvel do mar azul,  
sob o sol dourado e um céu,  
também azul,  
estaticamente me fixasse...  
eu choraria a tristeza,  
que desceria pelos caminhos  
ignorados do meu rosto,  
em grandes e grossas lágrimas.

Cairiam na areia da praia,  
e seriam sugadas,  
pois, de nada valeriam...  
as lágrimas que o amor chorou.

E aquela imensidão azul,  
infinito espelho a brilhar,  
sòmente a sua face refletirá,  
mas pálida e morta, e fria,  
como o amor que vaga ao léu  
sem uma pousada, ou um abrigo,  
caminhando até morrer de morte de amor.

Renovação, sim senhor,  
é preciso saber fazer.

E amar, amar  
muito, até morrer.

De repente a mão negra  
enorme  
estrangula o sol,  
forte e poderosa,  
lentamente, apertando, e  
esmagando o fogo.

Corre o líquido que é  
dourado e pegajoso,  
manchando o céu,  
as nuvens, até cair no mar,  
nas areias, antes tão alvas.

Se derramando por sôbre a terra  
e as flôres, agora amarelas.  
E as cabeças das criancinhas,  
a saudade de um adeus,  
que, embora côr de ouro,  
é triste; mais triste do que nunca.

Uma solidão dourada,  
e só, sòmente só,  
abandonada.

Anda, amor, corre  
e pega o último clarão  
de lua quase cheia.

O olhar azul do mar  
para o céu,  
e do céu para o mar.  
Azul de sonhos de nuvens.

Pisa no acelerador, e  
vai ligeiro atrás de ventos.  
Colhendo suspiros da noite  
e ouvindo as estrêlas,

sorriram de nossa pressa.  
São presentes para o Menino,  
o luar, e a brisa e o mar,  
de dois peregrinos que passam.

E, uma pesada nuvem que trazia  
pesadelos em seu bôjo prateado,  
(no entanto lúgubre)  
envolveu e sufocou os azuis.  
Brilhantes azuis volitantes,  
de uma saudade infinita  
que paira no ar, suspensa, indefinida.

Na Terra, sepultada a dor, apenas  
uma única flor, que,  
por estar sòzinha, em desespero,  
chorava pétalas e pistilos  
numa chuva de tanta consistência  
como a espuma de um mar,  
também azul, também verde.

E às vêzes cinzento de tristezas.  
Solidão que empana as ondas e  
desfaz a renda de um sonho.  
Morto e frustrado desejo que  
se desmancha em borbulhas mansas,  
risonhas e balbuciantes crianças,  
à sombra de uma pesada nuvem.

Se o momento exige e reclama,  
então deve o poema ser parido.  
Entre o sofrer e a ansiedade,  
envolto em halos de luz  
é por fim nascido, o poema.

Respingado de sangue,  
salvo das águas de um vazio sem fim,  
é a vida e a morte reunidas  
num dado instante que não dura  
mais que um segundo,  
na eternidade que pesa sôbre  
cada uma de suas palavras.

É o grito primeiro de um choro,  
um soluçar sem nunca parar,  
lágrimas que não deslizam,  
dor que se renova e latejante,  
sem cessar valoriza e cresce  
o poema que é quase nada ainda.  
Semente de uma fôrça que não existe.

Sob a tremenda e misteriosa fôrça  
de um céu cinzento demais, ou  
da noite que não chega,  
mas já existe desde a manhã,  
o dia se arrasta lerdo e pesado  
pela carga inútil e morta,  
nos sorrisos inexistentes de corações vazios.

Se uma fogueira crepitasse...  
e em algum lugar, não sei,  
uma labareda subisse  
até o céu, e incendiasse o azul,  
botando fogo nas nuvens apáticas;  
e tudo tornasse vermelho  
como as faces de uma adolescente  
após o primeiro beijo de amor;  
haveria, então, o milagre, o grande milagre.

A aurora, atrasada e contudo ainda bela,  
surgiria no alto de um cogumelo  
espantando o seu fantasma, para longe,  
enquanto dissipava os resquícios de uma  
tenebrosa, estranha nuvem, igual,  
nunca vista, jamais, por ninguém,  
em firmamento algum, espaço nenhum,  
por êstes mundos afora, em paragens ignoradas.

Algo que não se define, e persiste...  
De uma flor invisível,  
não se conhece a essência, apenas  
é sensível sua presença.  
Amorfa realidade, rígida talvez,  
e nada mais que isso.

Pode ser que as aves do céu,  
as da côr do céu mesmo, entendam...  
Até mesmo tentem em vão  
explicar, por seus trinados estridentes,  
todos os perigos inexistentes.

E tudo permanece escuro, em trevas  
como nas estórias de terror, um calafrio,  
o grito absurdo e a expectativa no temor.

É quase um pesadelo ou a idéia de  
uma fôrça maior, o enigma inalterável,  
a construir sua moradia, obstinada,  
entre os homens e seus pensamentos.

No azul uma esperança,  
que não é volátil, efêmera. Perdura no azul.

E o cinzento nada poupa,  
carrasco sem capuz, nem venda,  
ceifando o dia antes da tarde,  
e a noite sem a madrugada.

De nôvo o azul, a realizar o sonho feito luz.  
Feliz.

Luminárias piscam na avenida  
e são frias.  
Tremem porque são gélidas  
e continuam frias.

Indecisas, as trêmulas lâmpadas  
entre o entardecer, e o simular alvorada,  
na mescla luminosa de um soluço  
que se perde no alvorecer,  
ou, quando a tarde cai sôbre a praça,  
as débeis estrêlas de mercúrio tremeluzem.

A obscuridade em fragmentos, retalhos  
de uma madrugada antes da noite,  
entremeada de luz, risos e lágrimas,  
na calçada quase fria também,  
lança sombras, recolhe formas, vive sonhos,  
num jôgo intermitente, gerador de sofrimentos.

A poça d'água flagrou  
a última estrêla, e  
o derradeiro sorriso, que morria  
tragado no areal da minha bôca.

Sumiu, e pronto.  
Nenhum vestígio que ilumine  
ou uma marca no caminho.  
Inseguro, o soluço se suicida  
sem saber se nascia  
ou abandonava a vida.  
Apenas, naufragou nas profundezas.

A poça murchou...  
e lama...  
não reflete nem astros nem risos...

Tufos altos de capim, na beira da avenida,  
 saudavam, em infindável mesura,  
 o rastro da neblina escura dos ônibus lotados.  
 Também eram cortejados  
 a buzina, e mesmo o concreto  
 que corria pela estrada, atrás dos autos,  
 à procura de uma finalidade,  
 talvez inexistente, apenas vislumbrada.

Inclinando-se ao vento, homenageavam  
 o vazio do que partira.  
 Era tão rápido o movimento  
 que ninguém se apercebia.  
 Sêcas e verdes, abraçadas, se curvavam.  
 Corpos e palhas, se baixavam.

Velozes iam os homens, cegos  
 e indiferentes, sem retribuir,  
 nem ver o cumprimento...  
 Mais gentis as touceiras se faziam,  
 tão próximas, quase ao alcance das mãos,  
 e, no entanto, invisíveis.

Um rio que secará todo ano,  
 e as acácias caindo na calçada.

Uma despedida sem retôrno, ou  
 o partir para lá dos meus sonhos.

As mãos estendidas não alcançam  
 a borboleta, sempre à frente delas.

Nem tombam inertes e vazias,  
 permanecem, assim, brancas e tão caladas.

O rio torna a beber todo ano,  
 e mais douradas são as acácias.

Mas o instante perdido não volta,  
 embora a lembrança jamais seja extinta.

As mãos deslizam ao longo da decepção  
 e pendem junto a mim, fracas e tristes.

Algas verdes, e frias,  
no pescoço,  
em franjas de sêda antigas  
as lembranças doces.

A morte no rio  
é da ponte um apêndice.  
Gira no ar serena sombra  
do corpo que salta.

Vai para o mar, vai  
com um cortejo de baronesas.  
Ao encontro das ondas, vai  
seguido de pompas e nobrezas.

O sal nos lábios gelados  
é o batismo último, onde  
mil sargaços entrançados  
iniciam o ritual a Netuno.

Na lousa cinzenta de um mar  
parado e tenso de dor,  
com giz de angústia  
meu poema de amor escrevi.

Por uns instantes,  
efêmeros castelos de areia,  
a água o respeitou, quieta,  
imóvel, sem apagá-lo.

Lá longe, uma vaga  
bufando  
chegou,  
tantas rugas formando...

Borbulhas dissolveram palavras  
em solução de espuma e sonho.  
A canção tôda em ondinhas,  
que se desfazem na praia.

Incertezas diluem-se no ar,  
imitando a transparência da paz,  
enquanto a dor procura refúgio  
nas mais recônditas grutas do mar.

Onde as conchas são mais raras,  
formosas e pálidas donzelas,  
filhas prediletas do oceano  
e das noites, as mais belas.

Nascidas dum raio de luar,  
escondem-se aos olhos vis,  
levadas pelas correntes eternas,  
batidas pelas areias.

De encontro aos rochedos,  
por sob as ondas fortes,  
se esmigalham em fino pó.  
Ó sonhos mortos e desfeitos...

Das águas são a essência  
que, por mãos invisíveis, aladas,  
se evapora e ascende,  
nas madrugadas de lua nova.

Uma luz fraca e tonta  
no caminho a desbravar,  
em revólto oceano aponta...  
Apenas isso para contar...

É a história em voz rouca,  
por entre os vincos profundos  
onde o verniz é lembrança louca,  
perdida, por êstes mundos.

O cansado timão já foi guia  
e nem sabe mais isso quando;  
pois nada vale hoje em dia,  
há muito lhe roubaram o comando.

Uma luz fraca e tonta,  
no caminho a desbravar,  
em revólto oceano aponta...  
Apenas isso para lembrar...

Longe no tempo, em esquecida almanjarra  
ficou a rodar, lenta, sem descanso,  
a saudade, prêsa por estranha amarra,  
cativa e muda como um cordeiro manso.

A dor, no movimento, lerdo, triturada,  
em constante e inútil trabalho de moer,  
já não sente a tristeza, derramada  
nas lágrimas que chora o triste banguê.

Ruínas quase sem nenhum valor,  
perdido nos matagais imensos,  
o velho engenho ainda reclama amor,  
rejeita adeuses dos canaviais em lenços.

Como se a terra estivesse  
a reclamar, o corpo foi acolhido  
e envolto num abraço de mil grãos  
desce e repousa entre as areias.

Como se o solo exigisse  
para nova planta brotar,  
e encrustada no seio virgem,  
a flor por fim surgisse.

O choro de uma vida perdida  
será a chuva mais frequente,  
que fará nascer de seus olhos  
as mais belas rosas azuis.

E o vento olhará assustado  
sem conseguir entender,  
apenas, sussurrará docemente  
ao passar por estranho jardim.

Um cheiro de éter,  
trazido pelas mãos da tarde,  
é estranho sinal cabalístico...  
ou apenas uma sensação vazia...

Talvez seja o próprio eu  
a se diluir,  
e já nem mais seja.  
Pelos confins das eras  
em altos e inóspitos montes  
colhida a lágrima perdida;  
não mais tornarei.

No balanço de um terraço  
antigo; outrora as cantigas  
podiam, em vasos de melodia,  
tôda uma tristeza guardar.

É difícil, sendo nuvem,  
deixar o rastro do vento,  
e mais alto sobe, louca,  
rasgando-se em leves farrapos.

“Passarás, passarás,  
a bandeira há de ficar...”

Uma cantiga de roda  
que me leva a sonhar...  
Restos de antiga moda  
em surdina a cantar...

“Se não fôr o da frente,  
há de ser o de detrás...”

Vontade de sorrir,  
e ser ainda menina  
sem o vento sentir  
a soprar na esquina...

“Passarás, passarás,  
a bandeira há de ficar...”

Repete a voz distante  
o passado a repor,  
num chamado incessante,  
em seu doce langor...

Certa vez você me disse  
e eu fiquei sem entender...  
Como se num adeus partisse,  
e para sempre fôsse esquecer.

“— Já não serve para nada,  
nem sombra, numa copa morta  
em vestígios de taça esvaziada  
pobre flor que um sonho aborta.

- Mas não tem fôlhas, é vazia...”
- E sòmente nelas está a beleza?
- Diante de tanta poesia...
- E a vida que há com certeza...
- Por entre êstes emaranhados?
- De braços em desespêro infinito...
- De espinhos nos galhos fincados...
- E não valem como um grito?

Talvez seja uma miragem  
a seiva que corre agora  
ou apenas use como imagem  
num pedido que lhe chora.

Os escolhidos se ausentam  
apenas  
ou melhor  
principalmente

Coisa boa é água na montanha  
pura  
caindo  
relembrando

As cêrcas de madeira  
andam iguais  
bem brancas  
branquinhas

As cortinas nas janelas  
arregaçadas  
como as que a gente desenha  
quando é pequena.

## INFINITO

Encontra a linha do horizonte  
um caminho nôvo  
que não toca o mar  
que não toca o céu.

Segue o risco  
a vôo de pássaro  
sem que pedra alguma  
atinja suas côres.

Um grito acorda o vazio  
balança as nuvens  
dirige o olhar.

Tudo se perde  
disperso no azul azul  
adormece ainda o ideal.

## NOTURNO

As pálpebras da noite tremeram  
mas não havia lágrima  
que expulsasse tal cisco.

Boiando no imponderável  
minúsculo ponto luminoso.

E os homens olham o céu  
sem já poder distinguir  
se é estrêla ou espaçonave.

Numa órbita de incertezas  
multifacetada a terra  
de azuis e marrons e brancos  
é distante paisagem.

Pudesse a minha voz  
ser falada,  
ouvida  
e mesmo esquecida.  
Alçada  
e em canto  
transformada.  
Pudesse êste canto  
ser levado  
por crianças  
cantando  
e atravessasse  
fortes muros.  
Jamais conseguiria;  
e mais alto  
gritaria.  
Sem ser  
escutada.  
Um som mudo  
perambulando  
na tristeza  
inútil  
em seu destino.

Puro sentir que nada existe  
na paisagem sufocante  
estranho ser insiste  
fascinado, a olhar  
própria cabeça em esteira rolante  
a deslizar,  
em círculo constante  
sem nunca parar.

Pasmo diante de tal ser  
sem compreender a grandeza  
e a fôrça do milagre  
que lhe permite ver  
os olhos que giram,  
tão longe, sem tremer.

É grande sua dor,  
Don Quixote sem moinhos,  
lanças ao alto  
numa fúria sem fim,  
inútil.

Ei-lo ainda a vagar  
por estranhos desertos  
sem cabeça, ou certeza,  
eterno cavalgar  
entre sonhos despertos,  
procurando a beleza.

O nascer do sol se atreve  
a mais um dia  
fazer.  
A brilhar nas grossas nuvens  
e mais uma luz  
criar.

É do mar a rubra rosa  
em tal jardim  
florar.  
Um existir por entre águas  
e céus azuis  
partir.

Forjada de fogo e luz  
a cicatriz  
amada.  
Flama doendo no olhar  
inútil grito  
é chama.

Doce pêso a carregar  
e nem assim mais leve.  
É carga diária,  
sôbre o ombro vergado.  
Mais que hábito,  
chega a ser vida.

É quase que amargo  
a se derramar,  
em suor, na areia  
sêca, terra bruta  
de um chão agreste.  
Calcinado e ferido.

Cabaças badalando  
velhas canções de amor,  
em surdas pancadas  
gritam um tom rouco:  
— Caldo de cana, ô!  
— Caldo de cana, ô!

Diante da própria sombra,  
curvado, segue,  
às vezes também atrás.  
Segue o capricho do sol,  
num caminhar sem ritmo  
por estranhas veredas.

## PROCURA

Escuta a voz que canta alegre  
Escuta a voz que canta triste  
dentro de ti  
fora de ti  
é a mesma voz  
que põe flôres na mesa  
da casa branca e azul  
de beira de estrada.

Ouve o canto de voz alegre  
Ouve o canto de voz triste  
dentro da mata  
é uma lagoa rasa  
que nasceu com a noite.  
Em volta das árvores  
é saia que não voa.

Por vales e montes andei  
sem cansar,  
em busca de uma forma  
para a canção.

Esqueci o som  
Perdi a melodia  
enquanto a música, exausta  
de me acompanhar, morria.

## O GALO

Canta rouco o galo  
na hora do almoço  
criando insólitos tremores  
de antigos velórios.

Sinal que grita  
no calor do meio-dia  
de um telhado vermelho  
tocando o céu tão azul.

Paredes e janelas  
envolvem sua solidão  
de galo de cidade,  
que nem o fumo  
espanta nos anéis cinzentos.

E o galo repete estridente  
em penas eriçadas,  
sem saber-se arauto,  
cisca a terra,  
bica o vento.

## TENHO MÊDO DA PALAVRA

Tenho mêdo da palavra  
da alquimia de muitos segredos  
à procura de fórmulas  
vivas da surprêsa  
engolfando o eu.

Nuazinha,  
cercada de vazio  
perdida nas falas de montanhas  
que ferem a paisagem com o corte  
de irrequietas nuvens.

Dentro da concha fechada  
a voz ficou.  
Com pena de sair,  
o som vai ser rosa queimada  
entre páginas de romance.